



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA– ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO

JOSINEIDE RAMALHO DE OLIVEIRA

ACESSO E PERMANENCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR –os percalços dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no curso de pedagogia – área de aprofundamento em educação do campo - UFPB.

JOÃO PESSOA

2017

JOSINEIDE RAMALHO DE OLIVEIRA

ACESSO E PERMANENCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR—os percalços dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no curso de pedagogia – área de aprofundamento em educação do campo - UFPB.

Trabalho de conclusão de curso de graduação da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da Prof. Dra. Francisca Alexandre, tendo como requisito a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação do Campo.

JOÃO PESSOA

2017

O48a Oliveira, Josineide Ramalho de.

Acesso e permanência na educação superior: os percalços dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no curso de Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do Campo - UFPB / Josineide Ramalho de Oliveira. – João Pessoa: UFPB, 2017. 86f.

Orientadora: Francisca Alexandre de Lima
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Ensino superior. 2. Universidade - permanência. 3. Perfil socioeconômico. I. Título.

JOSINEIDE RAMALHO DE OLIVEIRA

ACESSO E PERMANENCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR– os percalços dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no curso de pedagogia – área de aprofundamento em educação do campo - UFPB.

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia com Área de Aprofundamento na Educação do Campo.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca examinadora



Prof.^a Dr.^aFrancisca Alexandre de Lima
Orientadora-UFPB

Prof.^a Dr.^aSeverina Andréa Dantas de Farias
Examinadora-UFPB

Prof.^a Dr. Wilson Honorato Aragão
Examinador-UFPB

Dedico este trabalho aos meus pais: João Ramalho de Oliveira e Severina Ramalho de Oliveira que sempre me apoiaram e me incentivaram em meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Quero por meio deste instrumento avaliativo, prestar meus agradecimentos aos que participaram de modo significativo, para o processo da minha formação acadêmica. Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por iluminar e guiar meus passos para o caminho do estudo.

Em segundo lugar minha mãe que com seu carinho e dedicação acompanhou-me no processo formativo, buscando proporcionar-me bem estar nos momentos de estudos. Oferto os meus sinceros agradecimentos à professora orientadora Francisca Alexandre, por sua orientação, confiança, paciência e dedicação ao nosso trabalho. Agradeço aos professores que participaram da minha vida acadêmica de forma direta com seu grande e brilhante trabalho docente, cito estes: Severina Andréa Dantas de Farias, Wilson Honorato Aragão e Edneide Jezine.

Gostaria de fechar meus agradecimentos destacando também a importância de alguns amigos no meu processo formativo, em especial a Maria Gislhayne Santos, Jislayne Fidelis Felinto, Jailson Batista e Karina Karla Nunes por me incentivarem e estarem ao meu lado como amigos e parceiros de trabalhos acadêmicos.

Por fim ao meu esposo Anco Márcio Soares de Farias, que dedicou-se com força de trabalho, financiando e contribuindo em diversos momentos no meu processo formativo.

RESUMO

A pesquisa se insere no contexto das políticas de expansão e acesso de perspectiva inclusiva na Educação Superior nos 2000, revelando um novo perfil social, econômico e educacional do alunado que ingressaram nas universidades federais do Brasil, desencadeando debates nacionais acerca da permanência e conclusão de alunos com vulnerabilidade social. Tem como objetivo analisar as condições de permanência de discentes do curso de Pedagogia – Área de aprofundamento em Educação do Campo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). De base qualitativa, o estudo traça o perfil socioeconômico de treze estudantes, o que deu origem a entrevista com três deles, distribuídos nos 4º, 7º e 10º períodos do referido curso, por se encontrarem em situação mais alarmante de vulnerabilidade social, identificados como aqueles que, são filhos de agricultores com renda familiar baixa e pouca instrução dos pais. Para compreensão das falas desses educandos, a pesquisa apóia-se na teoria de Bourdieu (1998), que discute o capital cultural, complementados pelos estudos de Jezine, Castelo Branco, e Nakamura (2013) que aborda a educação superior na contemporaneidade e dos novos desafios no tocante ao acesso e permanência nesse nível de ensino. O estudo aponta que há dificuldades de permanência, em que, os estudantes vêm relutando a partir de motivações intrínsecas por meio de renúncias e sacrifícios, pois vislumbram ascensão social e profissional na conquista do diploma universitário. Aponta também que há uma vontade própria, quase visceral na permanência e conclusão do curso, o que trouxe reflexões sobre as condições de oferta da educação básica aos povos camponeses.

Palavras- chave: educação superior; permanência; perfil socioeconômico.

ABSTRACT

The research falls into the context of expansion and access policies in an inclusive approach of Higher Education in the 2000s, revealing a new social, economic and educational profile of the students that entered into federal universities in Brazil, causing national debates about the permanence and conclusion of students with social vulnerability. It has got the objective of analyse the Pedagogy Course –improving area of Field Education at Universidade Federal da Paraíba (UFPB) students permanence. Of a qualitative basis, the study outlines the socioeconomic profile of thirteen students, that originate the interview with three of them, distributed in the 4th, 7th and 10th periods of the referred course, once they were in the more alarming situation of social vulnerability, identified as those ones sons of poor smallholder farmers undereducated. For understanding the statements of these students, the research is based on Bourdieu theory (1998), that discusses the cultural capital, complemented by Jezine, Castelo Branco, e Nakamura (2013) students that approaches Higher Education nowadays and the new challenges about access and remain in this education level. The study points out that there are difficulties of permanence, in which the students have been struggling from intrinsic motivations through renunciations and sacrifices, once they glimpse social and professional ascension in the university diploma conquest. It even points out that there is a self-will, nearly viscera in course remain and conclusion, that has brought reflections about basic education offer conditions to the farming community.

Key-Words: Socioeconomic Profile. Permanence. Higher Education.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01- Sexo.....	50
Gráfico 02: Cor/raça.....	51
Gráfico 03: Renda familiar.....	52
Gráfico 04: Tipo de escola... ..	53
Gráfico 05: Trabalho	54
Gráfico 06: Instrução da mãe	55
Gráfico 07: Instrução do pai	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Áreas Estratégicas	25
Quadro 02: Políticas de acesso- UFPB	28
Quadro 03: Programas Acadêmicos no Campo da Pesquisa	31
Quadro 04: Programa Acadêmico no Campo do Ensino	32
Quadro 05: Programa Acadêmico no Campo da Extensão.....	33
Quadro 06: Ações Assistências da UFPB	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de matrículas presenciais na UFPB dos anos 2006-2015.....	28
Tabela 02: Infraestrutura das Unidades Acadêmicas	34
Tabela 03: Resultado da autoavaliação da Infraestrutura da UFPB	35
Tabela 04: 1º Semestre	45
Tabela05: 2º Semestre	45
Tabela06: 3º Semestre	45
Tabela07: 4º Semestre	46
Tabela08: 5º Semestre	46
Tabela09: 6º Semestre	46
Tabela10: 7º Semestre	47
Tabela11: 8º Semestre	47
Tabela12: 9º Semestre	47
Tabela13: 10º Semestre	48
Tabela14: 11º Semestre	48
Tabela 15: Sexo.....	57
Tabela 16: Cor/raça	58
Tabela 17: Tipo de escola	58
Tabela 18: Renda total mensal da família	58
Tabela 19: Ocupação do pai	59
Tabela 20: Ocupação da mãe	60
Tabela 21: Instrução do pai	60
Tabela 22: Instrução da mãe	61

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01: Política de Permanência	30
---	----

LISTA DE SIGLAS

CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CNEC - CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS (CNPQ)

CONSEPE – CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CORPEVE – COMISSÃO PERMANENTE DO CONCURSO VESTIBULAR

CPA - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

ENERA- ENCONTRO NACIONAL DE EDUCADORAS E EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA

FIES - FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

FLUEX - FLUXO CONTÍNUO DE EXTENSÃO

FORNAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

GEPESS - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO SUPERIOR E SOCIEDADE

IFES - INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MIRV - MODALIDADE DE INGRESSOS POR RESERVA DE VAGAS

PDI - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PEC/MS- PROGRAMA ESTUDANTE CONVÊNIO- MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

PEC-G - PROGRAMA DE ESTUDANTES- CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO

PET - PROGRAMA DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PIBID - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

PNAES - PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

PRAC - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMENTÁRIOS

PRAPE - PRÓ- REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO DO ESTUDANTE-

PROBEX - PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO

PROCAMPO - PROGRAMA DE APOIO À FORMAÇÃO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

PROEXT - O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PROLICEN - PROGRAMA DE LICENCIATURA

PRONERA - PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

PSS - PROCESSO SELETIVO SERIADO

PUC - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

REUNI - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

SISU - SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA

STI - SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)

UFCG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

UFMG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UFPEL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

UFRG – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UFU – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UnB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PROCESSO METODOLÓGICO.....	14
3. EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SUA FACE E INTERFACE.....	15
3.1. Um breve histórico da educação superior no Brasil.	15
3.2. Educação superior na atualidade.	19
3.3. Permanência na educação superior.	23
4. IDENTIFICAR AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB.	26
4.1. Breve história da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.....	26
4.2. Permanência na Universidade Federal da Paraíba.....	29
5. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS QUE INGRESSAM NO CURSO DE PEDAGOGIA – COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UFPB E AS CONDIÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA.	38
5.1. Breve histórico da Educação do Campo.....	38
5.2. Estrutura do curso de Pedagogia (Educação do Campo) na UFPB.....	41
5.3. Perfil Socioeconômico dos alunos que ingressam no curso de Pedagogia (Educação do Campo) na UFPB.	48
6. RESULTADO DA PESQUISA.	56
6.1. Resultado do questionário dos alunos que permanecem.	56
6.2. Entrevista com alunos que permanecem em situação socioeconômica alarmante.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.	74

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objeto de estudo a permanência dos alunos que ingressaram na educação superior, adotando como contexto, as políticas de expansão e acesso de perspectiva inclusiva, implantadas e discutidas no âmbito da UFPB, revelando um novo perfil social do alunado dos cursos de graduação que desencadeou debates sobre sua permanência, pois muitos deles encontram-se em condições sociais e econômicas desfavoráveis.

Neste contexto as políticas de acesso ao Ensino Superior mediante a adoção da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais– REUNI coadunada com as políticas de cotas de número 12.711/2012. Gerando no âmbito nacional, o número maior de alunos que ingressam na educação superior e um novo perfil socioeconômico que adentram nas universidades federais.

Neste estudo indagamos como os estudantes oriundos do campo e em situação de vulnerabilidade social permanecem na educação superior, especificamente os educandos do curso de Pedagogia – com área de aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba.

O trabalho tem como objetivo, analisar a permanência de alunos advindos do campo no curso referido, que encontram-se em condições educacionais, sociais e econômicas desfavoráveis. Com esse estudo levantamos a hipótese de que as condições econômicas impossibilitam nos desdobramentos exigidos pelo ambiente universitário para sua permanência.

É nesse terreno que me vejo como conculinte no curso de graduação em Pedagogia – área de aprofundamento em educação do campo na UFPB, muitos são os percalços encontrados no meio do caminho de ordem cultural, educacional, social e econômica. As dificuldades desde a infância foram inúmeras, e as motivações intrínsecas tendo em vista o vislumbamento de uma possível ascensão social, se tornou missão, para superar os enfretamentos, os tropeços que poderiam me levar a cair ou talvez enfraquecer.

Foi trilhado um caminho árduo de lutas, renúncias para chegar à graduação, permanecer e concluir. Sou filha de agricultores de baixa escolaridade e economicamente desfavorecidos. Meu pai foi cortador de cana e minha mãe rendeira de terra, que me proporcionaram dentro de suas limitações, motivações e arcabouço financeiro, entendendo que os estudos seriam a melhor oportunidade para galgar uma melhor condição de vida.

Estudei em escolas públicas precárias e frequentei ambiente social que não abarcava códigos linguísticos necessários para competir e vencer no mercado de trabalho.

Nesse contexto, foram geradas consequências que culminaram com minha dificuldade de acesso à educação superior. Foram inúmeras tentativas, para que, na quinta, realizasse o sonho de ingressar em uma universidade pública e conceituada como a UFPB. A aprovação foi no período letivo 2012.1 no curso de pedagogia – com área de aprofundamento em educação do campo, na Universidade Federal da Paraíba, onde tive que enfrentar novas dificuldades de permanência.

Como foram dissertadas anteriormente, que as políticas inclusivas vêm disseminando o espaço considerado elitista, pergunta: como os sujeitos vêm se mantendo? Sob quais condições vêm adotando suas estratégias de sobrevivências? Quais as garantias governamentais que podem intervir em melhores condições?

2. PROCESSO METODOLÓGICO

O problema da pesquisa intitulada Acesso e Permanência na Educação Superior – os percalços dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no curso de pedagogia – área de aprofundamento em educação do campo – UFPB se delimita a partir dos anos 2000 quando se intensifica o processo de expansão das universidades federais através do REUNI e a política de cotas configurada como inclusão social que possibilitou a inserção de sujeitos menos favorecidos, economicamente, nas instituições federais. O aporte teórico para esse trabalho fundamenta-se em Bourdieu (2007), que discute sobre o capital cultural, social, financeiro, como fatores decisivos para o sucesso escolar, para o autor uma vez que o estudante não tem esse conjunto de capitais existe uma probabilidade de fracasso escolar. Jezine; Castelo Branco; Nakamura (2015) abordam a educação superior na contemporaneidade e discutem os novos desafios no tocante a acesso e permanência, e por último Sampaio (1991) que faz um apanhado histórico da educação superior no Brasil desde a vinda da família real portuguesa.

Adotamos o tipo de pesquisa qualitativa por que de acordo com Gerhardte Silveira (2009) tem o propósito de aprofundar a compreensão de um grupo social, por meio de uma metodologia própria, embora abstendo-se de fazer julgamentos, influenciar a pesquisa através de seu preconceito, valores ou crenças, focando apenas na explicação do porquê das coisas. Nessa pesquisa a postura do pesquisador é ao mesmo tempo sujeito e objeto dela,

preocupando-se com os elementos da realidade que não são quantificados, trazendo resultados mais quantitativo possível.

O tipo de pesquisa qualitativa compreende as suas relações sociais, culturais e econômicas de um grupo ou indivíduo, pois possibilita esclarecer fenômenos específicos da Educação, por intermédio da interpretação, desta forma, tendo como objetivo principal a análise de fenômenos sociais. (TAVARES; RICHARDSON, 2015). Identificamos um grupo de educandos oriundos do campo ingressados no curso Pedagogia - com área de aprofundamento em Educação do Campo de um universo de 302 discentes matriculados, selecionando períodos letivos de 2012.1, 2013.2 e 2015.1, e deste, foi designado um subgrupo de três que estava em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, analisados através das variáveis: renda familiar, raça e instrução dos pais, o que caracterizou nossa categoria de análise.

Para analisar os aspectos sociais de permanência dos treze estudantes, dividimos em duas etapas, primeira a elaboração do questionário na perspectiva socioeconômica, atendendo as variáveis: sexo, raça, tipo de escola, renda familiar, instrução e ocupação dos pais, aplicado aos educandos do 4º, 7º e 10º períodos. Segunda etapa foi desenvolvida uma entrevista, com três alunos com maior índice de vulnerabilidade socioeconômica, tendo como tópico guia, perguntas do tipo: quais os desafios enfrentados para continuar no curso? Recebe ajuda financeira para permanecer no curso? Você acredita que o trabalho para automanutenção dificulta no desempenho acadêmico? E por fim, qual o fator motivador para sua permanência no curso?

3. EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SUA FACE E INTERFACE

3.1. Um Breve Histórico da Educação Superior no Brasil

De acordo com Martins (2002) as mudanças na educação superior deram - se por dois modos de organização, estruturados da seguinte forma: primeiro formato, cursos dentro de escolas isoladas fundadas em meados de 1808 com a vinda da família real para o Brasil, segundo, com a unificação das escolas isoladas deu-se origem às primeiras universidades na década de 30, apenas três cursos: Direito, Medicina e Engenharia, após uma década de discussões sobre a temática e aprovação de reformas educacionais nesta época.

A educação superior tinha como finalidade acompanhar os avanços modernos, para isso, muitos filhos de aristocratas brasileiros de poder aquisitivo elevado buscavam formação nas metrópoles, como Portugal, especificamente na universidade de Coimbra, considerada a primeira do Brasil, pois era onde os brasileiros se graduavam, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história. (SAMPAIO, 1991).

As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no Brasil em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país. Neste mesmo ano foram criadas as escolas de cirurgia e anatomia em Salvador, e na cidade do Rio de Janeiro, com acréscimo da academia da guarda militar. A instalação destas escolas advinha da necessidade e das rupturas políticas e econômicas no Continente Europeu. Desta forma os brasileiros deixaram de fazer a formação superior em Portugal para cursar no Brasil. (SAMPAIO, 1991). Essa mesma autora aponta que o ensino superior no Brasil tinha acesso restrito apenas para a aristocracia da época, como filhos dos fazendeiros, barões do café e filhos de senhores de engenho.

Os estudos de Sampaio (1991) revelam que em 1827, com as primeiras iniciativas de expandir o ensino superior, surgiram os cursos de Direito em São Paulo e na cidade pernambucana de Olinda, com o intuito de construir uma elite intelectual que levasse à formação superior na perspectiva mantenedora do Estado. O Estado assumia uma função controladora nos currículos e programas didáticos, mantendo o poder central sob os dirigentes do ensino superior.

Nos anos de 1843 houve algumas tentativas de unificar as escolas superiores, para chamá-las de universidade, com enfoque no ensino, pesquisa e extensão, esboçado no projeto da Universidade de Pedro II, que não saiu do papel devido às questões políticas como coloca a autora Sampaio (1991, p.3) [...] “ambos os projetos foram aprovados pela Assembleia, poréminutilmente; no primeiro caso, D. Pedro I dissolveu a constituinte, no segundo, D. Pedro II caiu com o Império antes de homologar a decisão parlamentar”.

Em 1912 continuou a tentativa de constituir universidades com foco no ensino, pesquisa e extensão. Impelidos por forças locais, surge a Universidade no Estado do Paraná, entretanto, seu funcionamento durou apenas três anos, devido às questões políticas. Conforme afirma Sampaio (1991, p. 9):

Em 1920 já havia sido criada a Universidade do Brasil, e iniciativa anterior ocorrera no Paraná. Mas em ambos os casos tratava-se de reunir formalmente as escolas tradicionais já existentes. A nova proposta era diferente. Buscava-se de criar um centro de elaboração, ensino e difusão da ciência.

Em consonância com a autora, a Universidade do Brasil ofertava os cursos de Medicina e Direito, e existia faculdade Politécnica, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em meados de 1934 a Universidade do Brasil é nomeada de Universidade de São Paulo (USP), a partir de então, esta instituição é norteadada pelo tripé do modelo universitário, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Entre 1930 e 1940, houve uma cristalização do modelo universitário, entretanto não ocorreu um crescimento significativo, sobretudo, o sistema de ensino superior ganha consistência, com a federalização das universidades estaduais e municipais. Desta maneira, instaura a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) a primeira de uma série de universidades católicas e particulares que viriam se implantar no estado de São Paulo. (SAMPAIO, 1991).

Entre as décadas de 50 a 70 a Constituição Federal, redefine as estruturas do ensino superior, dando início à expansão das instituições privadas, originando a diversificação do sistema de ensino, com isso o Estado passou a restabelecer uma nova forma de controle, dando uma formação superior que atribuía autonomia administrativa às instituições. Isso porque, o Estado era detentor do controle gerencial das instituições de ensino superior e do desenvolvimento do conhecimento científico.

Nesse novo cenário, as universidades são federalizadas em todo o País, criando-se em cada estado brasileiro uma universidade federal. A administração das universidades é centralizada na figura do Reitor, que compõe um Conselho Universitário. Nesse período, as faculdades privadas crescem, sobretudo no estado de São Paulo, surgindo as instituições de ensino superior de menor porte e locais.

Com o crescimento dos Institutos de Ensino Superior, a universidade articula em suas ações o modelo Ensino, Pesquisa e Extensão. A partir desse modelo, em 1951 são criados o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a primeira tem como finalidade coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, a segunda, é encarregada da formação dos docentes e pesquisadores do País.

Em 1960, com o desenvolvimento econômico, as políticas de Estado estimularam a buscar pelo diploma de nível superior, pois era uma garantia dos estudantes integrar-se no mercado de trabalho, visto que a universidade não contemplava a formação profissional exigida neste momento do país. Assim, os institutos de Ensino Superior ganham notoriedade,

argumentado que o setor público mostrava incompetência devido à crescente demanda por mão de obra qualificada. Como afirma Sampaio (1991, p. 14):

No final da década de 50 esse modelo híbrido, resultado de um compromisso entre concepções antagônicas de ensino superior, já dava sinais de tensão. Nos trinta anos que se seguiram à criação das primeiras universidades a sociedade mudou rapidamente e se ampliaram extraordinariamente os setores médios próprios de uma formação social industrial e urbana.

No ano seguinte 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi votada e aprovada, objetivando ampliar e atender as demandas do mercado de trabalho e os setores privatistas e conservadores da época. Esse fato culminou com a ampliação do sistema de ensino superior de cunho mercadológico, pois a lei legitimou o mecanismo de controle da expansão universitária e seu currículo. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

O ano de 1968 foi marcado pela efervescência da ditadura militar. Onde estudantes universitários se unem e organizam um movimento estudantil reivindicando mudanças de ordem social, política e cultural. Todavia o governo militar para não ser contrariado, intervia pela força da coesão física, destituindo movimentos sociais e ideia de aspecto libertário, colocando universidades sob sua vigilância por mais de dez anos.

Após acabar com o movimento estudantil decreta uma reforma no ensino superior, mudança que extinguiu a cátedra e a criação dos institutos, faculdade escolas, iniciação do sistema de créditos, ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente e ingresso continuado por carreiras e currículos mínimos fixados pelo Ministério da Educação - MEC. Embora a reforma tenha multiplicado o número de vagas nos cursos tradicionais e modificado currículo, não ampliou as universidades. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009)

Nesse sentido nos anos 1970 a classe média do Brasil foi diretamente beneficiada com o crescimento de vagas no ensino superior e a política econômica do regime militar, tanto para o setor público quanto para o setor privado.

No Brasil, ao contrário de alguns países da América Latina, a repressão política promoveu o ensino superior, tanto público quanto privado. O número de matrículas, em cerca de vinte anos, passou de 95.961 (em 1960), para 134.500 (em 1980). Os anos de 1968, 1970 e 1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 6).

Neste mesmo ano surgem os cursos de Psicologia, Ciências Contábeis, Administração e Ciências Sociais Aplicadas, absorvendo inúmeros alunos no período noturno com forte

participação do público feminino na maior parte das regiões sul e sudeste. É nesta fase que o ensino superior privado se torna um mercado lucrativo e promissor para iniciativa privada principalmente na região sudeste, porém os donos dessas instituições não tinham nenhum comprometimento com a educação superior e vendo a necessidade de atender a grande massa, decide investir com vistas na lucratividade. Esse aumento expressivo e mal planejado, não levou em consideração a qualidade do ensino, criando uma imagem mercadológica que perdura até os dias atuais. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009)

Chegando aos anos 1980 o setor público e o setor privado sofrem com mudanças no cenário político e econômica, houve a eleição direta para presidente e a estagnação do ensino superior, fato que culminaram mais tarde com uma nova Constituição Federal de 1988. Neste período cresce o curso noturno para atender uma nova demanda trabalhadora que não podiam frequentar cursos no período diurno.

Observamos que essa ampliação se dar apenas no setor privado. O crescimento de ofertas de cursos superiores noturnos no setor privados gera uma grande competitividade no mercado, principalmente nas instituições de maior porte. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009)

3.2. Educação Superior na Atualidade

Nos anos de 1990, a educação superior passa por reformulações em consequências das mudanças no cenário econômico e político. O neoliberalismo ganha força no Brasil, emergido como projeto necessário, que busca atender as demandas econômicas, sob a justificativa da flexibilidade do mercado, que possibilita a expansão exacerbada do setor privado. Nesse contexto neoliberal, o Estado passa a mediar iniciativas políticas de caráter educacional com enfoque mercadológico.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB de nº 9493/96, (Brasil, 1996) regulamentou a educação superior em seus diversos seguimentos. Esta sugere que: encurtamento da formação profissional; curso a distância; competitividade e abertura legal para criação de diversificadas instituições de educação superior. Outras iniciativas são visíveis nesse período, como, políticas que possibilitaram o ingresso de sujeitos menos favorecidos na educação superior, a partir do viés privativo. (FELINTO, 2015)

Para melhor delineamento, implantou-se como política nesse período, o Financiamento Estudantil – FIES, Criado em 1999, através da lei nº 1.827 institucionalizado pela lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001. O FIES emerge como programa de financiamento

destinado para estudantes, que pretendem ingressar no ensino superior particular, com avaliação positiva pelo Ministério da Educação. E a Caixa Econômica Federal - CEF é o agente financeiro de ativos e passivos do fundo, assim como pela concessão e manutenção do programa.

A lógica do financiamento consiste no empréstimo do governo para que sujeitos possam ingressar na educação superior. Após a conclusão do curso, e quando inseridos no mercado de trabalho, o valor deverá ser devolvido aos cofres públicos, gerando pagamento por mãos duplas, ou seja, a educação passa a aumentar seu valor, fazendo com que o sujeito pague duas vezes pela conquista do diploma, uma, por vias de impostos e outra pelo o empréstimo.

O quantitativo das instituições da educação superior no Brasil, no período de 1999 a 2013, constata que as instituições privadas detêm o crescimento de 130,9% enquanto o público 56,7%. (FELINTO, 2015 p. 20)

Nesse sentido, observa-se que tais iniciativas governamentais vêm culminando para a expansão institucional do setor privado, portanto, é questionável: como o governo vem atendendo a demanda de sujeitos nas universidades públicas sob a oligopolização das megasempresas educacionais? Como vem se organizando as novas frentes políticas que busca democratizar espaços como as universidades públicas? Em linhas gerais, o governo veio possibilitando que a classe menos favorecida, economicamente, atendesse a demanda do mercado em aspecto variado, a partir de uma mão de obra barateada e qualificada. E a explosão do mercado educacional intensificando no Brasil nos anos 90, gerou, segundo Sguissardi (2014) a oligopolização das megasempresas.

Nos anos 2000 a educação superior pública e privada toma novos horizontes em relação ao processo de massificação, isto porque foram implementadas políticas de expansão, coadunado com políticas de acesso de perspectiva na inclusão social, no qual se destaca: Expansão com Interiorização – 2003 para universidades federais (primeira parte); Programa Universidade para Todos – PROUNI – 2004 direcionado para o acesso de alunos no ensino privado; REUNI – 2007 expansão das universidades federais.

A partir de 2009 a 2012 foram integrados na educação superior, novos sistemas de ingresso, tais como: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - 2009; Sistema de Seleção Unificado – SISU - 2010, e por fim a Lei de Cotas de nº 12.711/2012, em 2012.

Seguindo a ordem cronológica dos programas, buscaremos explicitá-los, de quando foi instituída e quais seus objetivos. Em 2003 a 2006 emergiu a Expansão com Interiorização

das universidades com intuito de possibilitar a expansão da educação superior, por meio do fortalecimento de campi do interior nas universidades federais dos estados brasileiros. (FELINTO, 2015).

Em contrapartida, o Governo Federal, para legitimar seu projeto neoliberal, no qual fortalece o mercado educacional, institucionalizou em 2004 o PROUNI através da Lei nº 11096, em 13 de Janeiro de 2005, para concessão de bolsas de estudos em instituições de ensino superior no setor privado no país, destinado aos estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou particulares na condição de bolsistas integrais ou parciais.

Em seguida, integrou como política, o REUNI que nasceu como a segunda parte do processo de expansão das universidades, aprovada em 2007 e vigente até 2012, pelo Decreto de nº 6.096, objetivando contribuir para cada instituição, condição de expandir no acesso e garantir condições de permanência de estudantes nas Universidades Federais.

As Universidades Federais recebem, através do projeto REUNI recursos para o investimento de aplicação e recuperação de espaços físicos, como laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de professores e órgãos administrativos da instituição, contratação de professores e servidores administrativos. Os recursos surgiram para garantir melhores condições acadêmicas e pedagógicas na educação superior. As ações do programa geraram o aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e tecnológicas, no combate à evasão, entre outras medidas que têm a intenção de diminuir as desigualdades sociais e educacionais no país.

O REUNI foi uma oportunidade para as universidades repensarem seu funcionamento e sua estrutura acadêmica, reformulando currículos, muitas vezes rigorosos e com intensas limitações disciplinares. O programa busca respeitar a autonomia das universidades para evitar que adotem um único modelo de graduação. Com mais recursos orçamentários, as universidades tiveram autonomia para realização de concursos para possíveis vagas.

Com a ampliação das universidades, o governo implementou novas formas de ingresso, a modificação foi na eliminação do Processo Seletivo Seriado – PSS, no qual adotou o SISU, sendo regulamentada pela Portaria Normativa de nº 2 de 26 de janeiro de 2010, objetivando a seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior. O sistema funcionou por uma plataforma online, efetuado com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM em cada ano.

O projeto ENEM vem sendo discutido desde os anos de 1990, mas foi regulamentado em 2009, por meio da portaria de nº 109. O ENEM tem o objetivo de nivelar o conhecimento dos participantes, que podem ser estudantes do Ensino Médio ou não. As notas obtidas, nesse exame determinam a escolha do curso, que pode ser em instituições privadas por meio do FIES ou PROUNI, ou públicas através do SISU. As instituições de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do ENEM, do qual o candidato faz suas opções dentre as vagas ofertadas pelas instituições.

Pesquisadores, como Jezine; Castelo Branco; Nakamura (2013) entende que as formas de acesso com o processo de expansão, representam um grande progresso no ensino, que marca a educação superior no Brasil nos anos 2000. Pois novos sujeitos da classe menos favorecida ascendem nos interiores das universidades federais. Com isso, destaca-se como relevante, as chamadas políticas inclusivas, como: Lei de Cotas de nº 12.711/2012, conquistado pelos movimentos sociais, principalmente o movimento negro.

As políticas de cotas foram criadas a partir dessa lei para que a educação superior, federalizada, reservasse nos processos seletivos, vagas para alunos de Ensino Médio de escolas públicas, com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e os autodeclarados pardos, negros e indígenas, nos cursos de graduação, por curso e turno, atendendo no mínimo cinquenta por cento - 50% de suas vagas.

As políticas instituídas ao longo dos anos levam-nos a crer que houve um crescimento significativo no setor privado e público, como argumenta Felinto (2015, p. 20) [...] “o aumento das matrículas no ano de 1999 até 2013 cresceu 113,3% no setor público, enquanto que no setor privado esse valor foi de 184,4%, constatando que nos anos apresentados, predominou-se o setor privado.”.

Enquanto ao perfil do estudante, o que se modificou? Segundo pesquisa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FORNAPRACE (2004) o perfil socioeconômico dos alunos nos de 1996 – 1997 e 2003 – 2004, constando que 44% dos alunos pertencem à classe C, D e E. Outro dado relevante foi na renda familiar, que 41% recebem até três salários mínimos. Comprovando os primeiros achados da classe menos favorecida na educação superior pública.

A partir do contexto apresentado, com a ampliação do acesso dos estudantes, surgem os novos desafios, tais como da permanência. Como permanecer na educação superior, alunos possuidores de condições desfavoráveis? Quais as iniciativas políticas, visto que ingressou

nas universidades públicas um número de sujeitos menos favorecidos economicamente por meio de políticas públicas?

3.3. Permanência na Educação Superior

Os novos desafios da educação superior na contemporaneidade encontram-se na permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a ideia hipotética, parte dos debates em que BOURDIEU (2007) argumenta acerca das estratégias de sobrevivência dos sujeitos no campo acadêmico, afirmando que sem o capital cultural, econômico e social, não se conquista sucesso escolar.

Para reparar o número expressivo de alunos advindos da classe menos favorecida, o Governo Federal partiu de uma pesquisa em que analisa o perfil dos estudantes que ingressaram entre os anos de 1996 a 1997 e 2003 a 2004, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE que foi criado em outubro de 1987, e Reuni pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior públicas do Brasil.

Essa pesquisa teve como principal objetivo formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o provimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional, os membros responsáveis por assuntos comunitários e estudantis vem desde 1984 se preocupando com as políticas de assistência aos estudantes de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior e a partir desses encontros foi criado o FONAPRACE, objetivando traçar o perfil social, econômico e cultural, e assim elabora o Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, programa este ofertado pelo governo federal através do decreto de nº 7.416 de 30 de dezembro de 2010 que regulamenta os artigos 10 e 12 da lei 12.155 de 23 de dezembro de 2009 que tratou da concessão de bolsas de permanência e extensão para desenvolver atividade de ensino e extensão universitária.

Com base nos resultados obtidos na pesquisa que foi realizada em mais de cinquenta e duas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, o fórum percebeu o aumento da demanda de estudantes da classe menos favorecida. Diante desse quadro o fórum buscou elaborar proposta junto ao Plano Nacional de Assistência estudantil que agisse previamente para evitar a repetência, evasão e atraso no curso de graduação por esses discentes analisados.

Nesse sentido criam-se ações assistenciais, como políticas de permanência, com viés assistencial.

O projeto teve em vista, atender alunos com dificuldades concretas de prosseguir na academia, pois a falta de recursos financeiros e apoio pedagógico podem dificultar atrasar ou gerar a desistência dos educandos em concluir o curso. Para isso, foram necessários investimentos assistenciais que atendesse as demandas básicas, como: alimentação, moradia, saúde, cultura e lazer, esporte, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico entre outros.

Na legislação brasileira cabem as Instituições de Ensino Superior fazer da assistência estudantil um direito, desenvolvendo um trabalho social com seus próprios integrantes, pois deve ser entendido como parte do processo educativo nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, reforçando o caráter transformador social articulando universidade e sociedade, já que a assistência estudantil não é uma prática de doação e nem favor concedidos pelo Estado e sim um direito social.

Em condições adversas, o desempenho acadêmico é desigual. Os estudantes classes C, D e E não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas do universitário. Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso a cultura como, por exemplo, o estudo de uma língua estrangeira. (FONAPRACE, 2008 p. 8)

Como exemplo, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG implanta ações assistenciais, apontando que os alunos bolsistas de programa de assistência estudantil não diferenciavam no desempenho acadêmico dos demais alunos, mesmo com diferenças sociais e econômicas entre eles. O resultado mostrou que estes alunos, concluía o curso em menos tempo, reduzindo os índices de trancamento, reopção e abandono. Esse estudo também foi realizado nas instituições de ensino superior UFSM, UnB, FURG, UFPel e UFU revelando que os estudantes acabavam tendo o rendimento acadêmico superior aos demais discentes. Deste modo podemos perceber a importância da assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

No documento FONAPRACE (2008, p. 16) apresenta o delineamento do projeto, com suas áreas estratégicas enfocando não apenas em ações assistenciais, mas em questões de cultura/lazer, emocionais e assessoramento pedagógico. No quadro 01, a seguir,

apresentaremos a forma detalhada como vem se estruturando a permanência pensada a partir das ações governamentais.

Quadro 01: Áreas Estratégicas

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Alimentação - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psicopedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão - Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e Dependência Química 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

Fonte: Fórum Nacional de Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - Fonaprace (2008).

O quadro 01 apresenta como as políticas vêm pensando a permanência, e a necessidade das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES ampliarem a assistência estudantil com programas para atendimento as necessidades básicas de moradia, alimentação, transporte, cultura e bolsas acadêmicas para uma efetiva inserção social geradora de ética e cidadania que promova a sobrevivência na graduação para os discentes em situação de vulnerabilidade social.

A partir da pesquisa realizada pela FONAPRACE (2008), alarmando que sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica começam a ingressar na educação superior, no

período de 1990 a 2000, dando início a uma série de medidas que podem contribuir para permanência, incluindo a instauração do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES pela portaria de nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Mediante ao que foi destacado, acerca das políticas de acesso e permanência, quais os impactos na Universidade Federal da Paraíba? Quais as suas estratégias frente aos acontecimentos no âmbito nacional que nortear a educação superior na contemporaneidade?

4. IDENTIFICAR AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

4.1. Breve História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), era de responsabilidade estadual, foi fundada por iniciativa de José Américo de Almeida, em 1955. A partir da reunião de onze cursos de nível superior que já existiam no Estado, entre eles o curso de Agronomia, que deu origem a universidade. Localizada na cidade de João Pessoa - PB foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e intitulava-se como Universidade da Paraíba.

Em 1960 no dia 13 de dezembro, a universidade estadual passa a ser federalizada pela Lei de nº. 3.835, tornando-se Universidade Federal da Paraíba, e adotando estruturas com a extensão nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. A UFPB tornou-se uma instituição de prestígio, que agregada ao âmbito federal, obteve avanços significativos no que diz respeito à expansão.

Através da sua federalização, a UFPB desenvolveu uma crescente composição de campus universitário, diferenciando-se das demais universidades federais do sistema de ensino superior do Brasil que, em linhas gerais, têm suas atividades concentradas apenas no espaço urbano. Essa particularidade deu-se por sua atuação em sete *campi* implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Com as modificações sucedidas na esfera político, econômico e educacional, a UFPB, em meados do início de 2002, passou pelo desmembramento de quatro, dos seus sete *campis*, a partir da Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002, dando origem à criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A UFCG incorporou os *campis* da Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa, e a UFPB composta legalmente pelos *campi* de João Pessoa, Areia e Bananeiras.

Em decorrência do processo de expansão das instituições de ensino superior federal, chamada de Expansão de Interiorização indicada nas reformulações da educação superior nos anos 2000 no âmbito nacional, apresenta a primeira fase de expansão da UFPB com a criação do Campus IV, localizado no Litoral Norte do estado da Paraíba, com funcionamento nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto. UFPB (2014).

Em 2014, a UFPB estruturava-se da seguinte forma: *Campus I*, na cidade de João Pessoa, compreendendo os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Biotecnologia (CBiotec); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); Centro de Informática (CI) e Centro de Energias Alternativas Renováveis (CEAR). O *Campus II*, na cidade de Areia, compreendendo o Centro de Ciências Agrárias (CCA); o *Campus III*, na cidade de Bananeiras, abrangendo o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e o *Campus IV*, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE). (UFPB, 2014) ¹.

Nos últimos cinco anos, com o apoio do REUNI, a UFPB aumentou o número de vagas no seu processo seletivo, se tornando uma das maiores Instituição Federal Norte Nordeste. O exemplo disso é visualizado na pesquisa de Jezine; Fárias; Felinto (2015), apresentando o crescimento quantitativo das matrículas presenciais da UFPB, coletado pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), como exposto na tabela 01 abaixo:

Tabela 01 - Número de matrículas presenciais na UFPB dos anos 2006-2015

¹Retirado: História da UFPB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 14 abr. 2017.

ANO	Matrícula
2006	18.803
2007	19.959
2008	21.450
2009	23.552
2010	26.207
2011	29.364
2012	32.094
2013	33.042
2014	32.521
2015	31.015

Fonte:quadro retirado do artigo de Jezine; Fárias; Felinto (2015). Programas acadêmicos de Pesquisa na UFPB no contexto da expansão e permanência.

A expansão na UFPB é visível, atendendo o crescimento de 64,94% considerando o período que antecede o REUNI, 2006 e pós- REUNI, 2012. Com os destaques nas políticas de expansão e de seus impactos, na relação do macro com micro. Neste sentido destacam-seas políticas de acesso instaladas na UFPB e de seus resultados no perfil socioeconômico dos ingressantes. O quadro 02 abaixo, apresentamos o levantamento das políticas de acesso.(JEZINE; FARIAS; FELINTO, 2015).

Quadro 02: Políticas de acesso- UFPB

Políticas de acesso (UFPB)	Objetivos	Legislação
Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV)	O MIRV, na UFPB, surge com o objetivo de atender os estudantes oriundos do ensino público, que tenham cursado ao menos três anos do ensino fundamental nessas instituições. Considerando, dentro desse percentual de vagas, os estudantes negros (pretos e pardos) e índios, de acordo com a auto declaração no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, feito no ano de 2000, além disso, é destinado dentro desse percentual, uma porcentagem para pessoas com deficiências.	Resolução nº 09/ 2010 pelo Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Programa Estudante Convênio-Movimentos Sociais do Campo (PEC/MSC)	Possibilita o acesso de estudantes pertencentes aos Movimentos Sociais do Campo a cursos de graduação através do Programa Convênio PEC/MSC.	Resolução nº 25/2004 do Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)	O PEC-G é uma política dedicada ao acesso de estudantes estrangeiros aos cursos de graduação da UFPB, que tem parceria com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação. Com mais de 6.000 selecionados o programa tem possibilitado acesso de estudantes, principalmente dos países da África, com destaque para: Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.	Resolução nº 15 de 12 de Julho de 1990 pelo Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

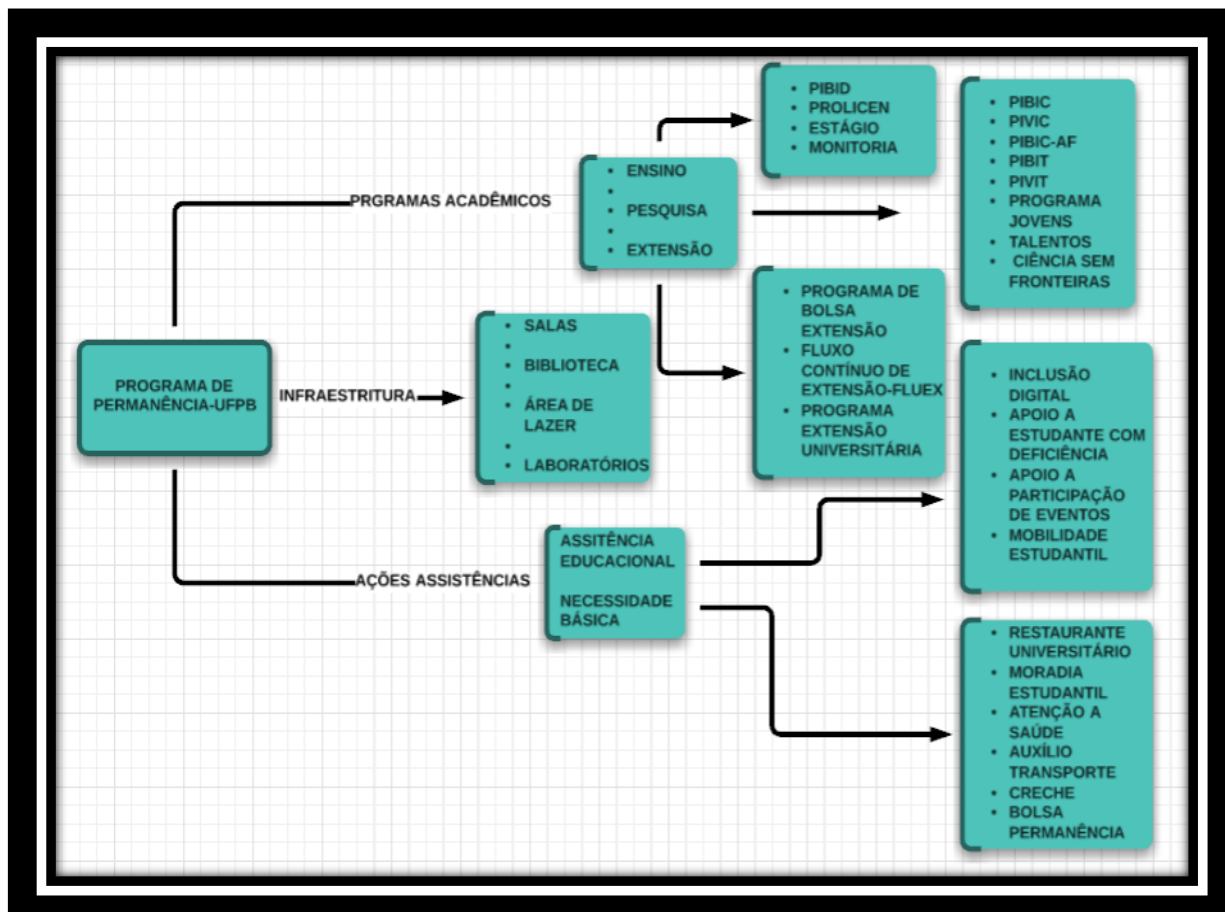
Fonte: quadro retirado da pesquisa de Felinto (2015)

O processo de expansão ligado às formas de acesso, tendo como objetivo o ingresso de sujeitos menos favorecidos, remete a buscar novos achados, enquanto ao perfil socioeconômico dos alunos ingressantes na UFPB. Nesse sentido, a pesquisa de Jezine, Castelo Branco e Nakamura (2013) permite identificar, que a partir 2008 a 2012, expressa-se um número significativo de sujeitos, com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, advindo de escolas públicas e com nível baixo na escolaridade do pai e mãe. Visto que a permanência perpassa por questões financeiras, culturais e sociais, busca-se compreender, como constitui a permanência desses alunos?

4.2. Permanência na Universidade Federal da Paraíba

A UFPB vem seguindo a mesma lógica das políticas nacionais, com nomenclaturas diferenciadas. No âmbito das políticas de inclusão referente ao acesso, emerge as políticas de permanência, sob a justificativa de que muitos alunos que ingressam na educação superior vêm da classe menos favorecida, portanto a necessidade de políticas que possibilitem a permanência encontra-se nas instituições, inclusive da UFPB, em formato de programas, ações assistenciais e na infraestrutura física. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e Sociedade – GEPESS, coordenado pela Profª. Draª. EdineideJezine, da UFPB, integra em seus debates o acesso e permanência na educação superior, e vem investigando as estratégias da UFPB para os alunos, no formato exposto no diagrama abaixo.

Diagrama 01: Política de Permanência



Fonte: UFPB, Manual Virtual do estudante; Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Relatório de Gestão e Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape.

Busca-se nesse tópico, especificar cada item apresentado no Diagrama 01, para compreender a dinamicidade em que opera a UFPB enquanto política de permanência a partir de programas acadêmicos; infraestrutura e assistência estudantil. Programas Acadêmicos encontra-se exposto no diagrama como programas que possibilita o estudante ingressar em campo em que envolve: extensão, pesquisa e ensino.

1) Programa Acadêmico no campo da Pesquisa da UFPB

Portanto, partiremos do Programa de Pesquisa conforme apresenta o quadro 03, que tem como órgão responsável a Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PRPG, e disponibiliza em cada ano, edital para que professores da instituição desenvolvam projetos de pesquisa,

contribuindo para a inserção dos alunos na iniciação científica. O critério de seleção vem sendo por meio do desempenho acadêmico.

Quadro 03: Programas Acadêmicos no Campo da Pesquisa

PROGRAMAS	
PROGRAMAS	OBJETIVOS
Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica – PIBIC	O programa tem como objetivo proporcionar a integralidade de estudantes regularmente matriculado na UFPB, no acesso ao conhecimento científico e a cultura.
Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica – PIVIC	O programa busca atender ao mesmo objetivo do PIBIC, porém, não oferece bolsas de estudo.
Programa Institucional de bolsa de Iniciação Científica – Ações Afirmativas - PIBIC – AF	Tem como objetivo despertar o interesse pelo estudo da ciência e incentivar os talentos potenciais para a pesquisa entre os estudantes de graduação que ingressam na UFPB por uma ação afirmativa em todas as áreas do conhecimento, através da participação em projetos de pesquisas o orientação de professores da UFPB.
Programa Institucional de bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- PIBITI	O programa tem como objetivo estimular os jovens ingressos na educação superior, no que diz respeito às atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.
Programa Institucional de Voluntários de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- PIVITI	O programa busca atender ao mesmo objetivo do PIBITI, porém, não oferece bolsas de estudo.
Programa Jovens Talentos para Ciência da CAPES.	O objetivo principal é a preparação de estudantes para participarem do programa institucional de bolsas de iniciação a docência (PIBID) DA capes, Ciência sem Fronteiras (CSF) ou Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ)
Ciência sem Fronteiras	O programa tem como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio de intercâmbio e da mobilidade internacional.

Fonte:Jezine; Felinto (2015). Os desafios do Acesso e da Permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social.

2) Programas Acadêmicos no Campo do Ensino

Enquanto ao programa de ensino conforme a apresenta o quadro 04, o órgão responsável é a Pró-Reitoria de Graduação – PRG, e segue a mesma lógica no que foi colado no campo da pesquisa, cada programa disponibiliza um edital, e os respectivos professores da instituição, se inscreve com projetos direcionados para o ensino, quando aprovado, abre

seleção para alunos bolsistas ou voluntários, tendo como critério de seleção o desempenho acadêmico.

Quadro 04: Programa Acadêmico no Campo do Ensino

PROGRAMAS	OBJETIVOS
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID):	O programa tem como objetivo contribuir para a melhoria da formação inicial dos discentes, nos cursos de licenciatura e na formação continuada dos professores, ao qual possibilita aos estudantes desenvolverem atividades nas escolas permitindo aos graduandos bolsistas uma convivência com o cotidiano do exercício da função docente. Com relação à oferta de bolsas, o programa instalado na UFPB não disponibilizou os dados.
Programa de Licenciatura – PROLICEN:	O programa foi instituído pela instituição e tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura e promover a melhoria da formação continuada dos professores das escolas públicas da Paraíba.
Programa de Melhoria da Educação Básica – PET:	A partir de 1999 surgiu o PET nas instituições de ensino superior, privado e público, e tem como objetivo, apoiar estudantes no que se refere à integração deles em atividades de ensino, pesquisa e extensão.
ESTÁGIO:	Existem dois tipos de estágio supervisionado, o obrigatório (interno e externo), aquele definido na grade do curso de graduação, cuja carga horária é requisito de aprovação e obtenção de diploma, e o não obrigatório (interno e externo), aquele desenvolvido como atividade opcional cuja carga horária pode ser aproveitada para integralização de crédito para aluno desenvolver atividades de estágio obrigatório e não obrigatório. A coordenação de Estágio não disponibilizou dos dados.
MONITORIA:	O programa de Monitoria é desenvolvido por meio da elaboração e execução dos projetos de Monitoria, constituído de planos e ação (PAS) referentes à disciplina dos cursos de graduação.

Fonte: Jezine; Felinto (2015). Os desafios do Acesso e da Permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social.

3) Programa Acadêmico do Campo da Extensão

Os programas na área de extensão conforme o quadro 05, têm como órgão responsável a Pró-Reitoria de extensão e Assuntos Comentários – PRAC, que de acordo com Manual virtual disponibilizado para os alunos da UFPB, a PRAC possibilita a formação acadêmica dos ingressos na instituição nos cursos técnicos e graduação, a partir da experiência em

extensão universitária, que resulta em ações provenientes das demandas geradas na sociedade paraibana.

Quadro 05: Programa Acadêmico no Campo da Extensão

PROGRAMAS	OBJETIVOS
Programa de Bolsas de Extensão – (PROBEX)	Tem como objetivo apoiar as Instituições Públicas de Ensino Superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, conforme o enquadramento da instituição, que contribuam para a implementação de políticas públicas; Potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão das instituições de ensino superior públicas.
Fluxo Contínuo de Extensão- FLUEX	De caráter voluntário, no entanto, busca-se atender ao mesmo objetivo do PROBEX.
O Programa de Extensão Universitária – PROEXT	Objetivo destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade.

Fonte: Jezine; Felinto (2015). Os desafios do Acesso e da Permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social.

4) Infraestrutura Física da UFPB

Nesse tópico discorreremos sobre a infraestrutura dos centros acadêmicos, que compõem a Universidade Federal da Paraíba conforme apresentado na tabela 02, que na lógica do processo de expansão, sua estrutura física, também se modifica. Com base no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, compreendendo os anos de 2009 a 2012, apontam que havia 460 salas de aula, dos quais 343 pertencentes ao Campus I, 53 no Campus II, 34 no Campus III e 30 no Campus IV.

Como meta, assinalava que seriam construídas 542 salas de aula, até 2012, que não apenas alcançou o tempo estimado, como ultrapassou o número, para 725 salas de aula. O crescimento significativo também se mostrou no quesito sala dos docentes, tendo 580 nos Campis na UFPB em 2012, aumentando para 725, no ano de 2013 e na atualidade 832 salas.

A sala de coordenação foi construída 22, e 19 departamentos para novos cursos ano de 2012, somando 117 salas de coordenação e 82 departamentos já existentes. Por fim, o PDI tinha uma previsão de ser construída nos períodos de 2009 a 2012, 24 bibliotecas setoriais, porém de acordo com o Relatório de Gestão de 2015, esse número não foi atingido e atualmente tem apenas 18 bibliotecas setoriais.

Tabela 02: Infraestrutura das Unidades Acadêmicas

Ações	Quantidade				
	2011	2012	2013	2014	2015
Área de Lazer	32	55			
Auditório	33	44			
Banheiros	343	343			
Biblioteca	18	18			
Laboratórios	122	497	513		
Salas de Aula	460	460	542		
Salas de Coordenação	117	139	242		
Salas de Departamento	82	101	242		
Salas de Docente	580	725	832		

Fonte: Jezine; Santos (2017) Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba.

Os dados apontados pelo PDI a respeito das instalações presentes na UFPB nos períodos de 2009 a 2012, para área de lazer, mostram que em 2011 tinham 32 e 2012 somavam 55 áreas de lazer. Auditórios, 33 em 2011 e 44 em 2012. Banheiros eram de 343 em 2011 e 2012. Bibliotecas 18 em 2011 e 2012. Laboratórios eram de 122 em 2011, 497 em 2012 e 513 em 2013, salas de aula somavam 460 em 2011 e 2012 atingindo o número de 542 em 2013. Salas de coordenação eram de 117 em 2011, 139 em 2012 e 242 em 2013. Salas de departamentos contabilizavam 82 em 2011, 101 em 2012 e 242 em 2013. Salas de docentes têm 580 em 2011, 725 em 2012 e 832 em 2013.

Mediante aos resultados da infraestrutura física, que teve em vista o contexto da expansão das universidades federais. Levanta-se o seguinte questionamento, será que sem computador, sem salas de aula, sem as condições infraestruturas necessárias, a UFPB comportaria o número de estudantes ingressos, com vista na qualidade da permanência? Será que a estrutura física é um fator primordial para a permanência dos alunos?

Segundo o Relatório de Gestão da UFPB (2014), a Comissão Própria de Avaliação-CPA foi realizar um plano de avaliação de 2013 a 2017, que considerava 10 dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituído pela LEI nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Dentre as dimensões, foi avaliada a infraestrutura física da UFPB. Em 2013, a pesquisa visava à autoavaliação dos participantes no que diz respeito à infraestrutura. O número de participantes foi de 4.161, desse total, 2.373-56% foram alunos, 959-23% professores. 765-18,4% técnicos e 77-1,8% dirigentes. O resultado encontra-se exposto na tabela 03 a seguir.

Tabela 03: Resultado da autoavaliação da Infraestrutura da UFPB

Recursos			Boa/Excelente	Regular	Precárias/insuficiente
Acessibilidade	-	As	10,6%	19,40	70,0%
instalações Sanitárias					
Instalações Sanitárias	-		16,59%	21,68	61,67%
Condições de Higiene					
Instalações Sanitárias	-		6,5%	11,50	82%
Disponibilidade de Materiais de Higiene Pessoal					
Instalações Sanitárias	-		23,02%	30,07	46,91
Condições de Iluminação					
Laboratórios	-	Acesso a	19,95%	23,16	56,89%
Internet					
Laboratórios	-	Condições técnicas	33,02%	28,39	38,58%
Laboratórios	-		23,07%	24,71	52,21%
Disponibilidade de Equipamento					
Salas de Aula	-	Condições de Comunicação (internet e intranet)	12,1%	17,90	70%
Salas de Aula	-	Condições Térmicas	25,95%	22,82	51,23%
Salas de Aula	-		22,44%	26,42	51,14%
Disponibilidade de Equipamentos					
Bibliotecas Setoriais	-	Acesso a Internet	21,41%	24,21	54,38%
Bibliotecas Setoriais	-		38,2%	28,16	33,64%
Condições de Climatização					

Fonte: UFPB, Relatório de Gestão 2014.

Para esse momento, foram selecionadas as categorias destacadas na tabela, como: Acessibilidade - As instalações Sanitárias; Instalações Sanitárias – Condições de Higiene; Instalações Sanitárias – Disponibilidade de Materiais de Higiene Pessoal; Instalações Sanitárias – Condições de Iluminação; Laboratórios – Acesso a Internet; Laboratórios – Condições técnicas; Laboratórios – Disponibilidade de Equipamento; Salas de Aula – Condições de Comunicação (internet e intranet); Salas de Aula – Condições Térmicas; Salas de Aula – Disponibilidade de Equipamentos; Bibliotecas Setoriais – Acesso a Internet e Bibliotecas Setoriais – Condições de Climatização. O motivo para análise deste relatório se deu a cada categoria que apontavam recursos mais utilizados pelos estudantes.

A partir da autoavaliação, tem-se como resultado, comparado com as condições: excelente, bom e regular, a predominância das condições precárias e insuficientes. Isso quer dizer, que apesar dos investimentos que a UFPB, junto com o governo federal, obteve ao

longo dos anos 2000, foram insuficientes para a satisfação dos alunos e para quem encontra-se inserido na UFPB.

5) Programa de Assistência Estudantil da UFPB

O quadro 06 apresenta o programa de assistência, que emerge a partir da Resolução de nº 29/2010, tendo como Órgão responsável a Pró-reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE. Para aluno adquirir as ações assistenciais, o mesmo, tem que se encontrar na instituição, em situação de vulnerabilidade social. O programa na UFPB é amparado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES², que emerge a partir de demandas, ocasionada pela evasão e retenção de alunos das IFES com dificuldades socioeconômicas, identificados através de uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) realizado entre 1996-1997 e 2003-2004. No quadro 06 abaixo, expõe o levantamento das ações.

Quadro 06: Ações Assistências da UFPB

AÇÃO	OBJETIVO
Restaurante Universitário:	De caráter permanente o restaurante oferece refeições gratuitas. O processo classificatório consta como diagnóstico social, que tem como objetivo auxiliar os alunos em suas atividades acadêmicas. O benefício visa atender alunos ingressantes que exerce alguma atividade integral na Universidade ou são de outras cidades e não possui condições financeiras.
Moradia Estudantil:	A moradia estudantil é um serviço que a universidade oferece para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade reconhecida, e favorece o benefício para alunos que cuja família mora fora das sedes do campus da UFPB.
Atenção à Saúde:	Trata-se de atendimentos e ações que possibilita benefícios à saúde a todos os estudantes da Universidade, consultas médicas em nível de atenção primária a saúde, tratamento odontológico e acompanhamento psicológico e individual. Ações de promoção, proteção e recuperação a saúde se integra no benefício gratuito, por fim ações de prevenção de doenças. Todas as ações gratuitas na categoria são oferecidas nos Centros de Atenção a Saúde da UFPB e integra o Sistema Único de Saúde (SUS).

²Plano Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em <<http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-ANDIFES.pdf>> acesso 19/05/2017.

Auxílio Transporte:	São destinados para estudantes que reside em João pessoa e moradores da região metropolitana e designa auxílio financeiro, com objetivo de contribuir com parte das despesas de deslocamento do aluno para atividades acadêmicas regulares, sendo que a quantidade de passagem por aluno dependerá de sua agenda de atividades acadêmicas.
Auxílio Creche:	Segundo o regulamento, o auxílio creche busca atender estudantes no acompanhamento de suas pendências até a idade de 05 anos, 11 meses e 29 dias, buscando atender os seguintes critérios de concessão: ser responsável legal por criança, destinado para todos os filhos de alunos da UFPB.
Inclusão Digital através de Computador Pessoal:	São disponibilizados computadores individuais sob a responsabilidade dos estudantes, quando atende ao critério de vulnerabilidade econômica e social e por desempenho acadêmico.
Auxílio Manutenção:	Este auxílio é destinado para alunos procedente de famílias que encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica e social, incluídas em programas sociais do Governo Federal e que carecem de apoio com objetivo de garantir sua estabilidade na universidade.
Apoio aos Estudantes com Deficiência:	Por meio de medidas políticas e jurídicas assegurados pelo decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e pela política Nacional de Educação para Pessoas com Deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva, o apoio objetiva garantir o direito a educação de qualidade para todos os alunos que possuem deficiência. O apoio encontra-se em consonância com as leis, na garantia do direito ao suporte pedagógico, e na aquisição de equipamentos e materiais necessários em total alcance das pessoas com deficiência.
Apoio à Participação em Eventos:	O apoio versa estimular alunos para participação em eventos, tendo como objetivo: socialização de informações e produção de novos conhecimentos, que venham enriquecer a formação acadêmica.
Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional:	Segundo o documento, a Mobilidade estudantil nacional e internacional é reconhecida e institucionalizada pelo programa de modalidade acadêmica da Andifes e pelo Programa Ciência Sem Fronteiras, consiste na concessão de auxílio financeiro cuja concessão se dará em observância a regra específica da modalidade internacional e nacional, realizada de acordo com a disponibilidade financeira da instituição.
Bolsa Permanência:	<p>O programa tem como objetivo contribuir na permanência ao aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômico em cursos de graduação em modalidade presencial. Os critérios de seleção são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não possuir renda familiar per capita de mais de 1,5 salários mínimo. • Encontrar matriculado em curso de graduação com carga horária diária média não inferior a 5 horas. • Não ter ultrapassado dois semestres o tempo regulamentar do curso.

--	--

Fonte: Jezine; Felinto (2015). Os desafios do Acesso e da Permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social.

Mediante ao que foi levantado das políticas de permanência na UFPB, busca-se para este trabalho, analisar a permanência dos alunos do curso Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação do Campo, sob a justificativa apresentada na pesquisa de Felinto (2015) em que constata a partir do período posterior a implantação do curso 2010 a 2013, que a maioria dos sujeitos ingressantes estão sob condições de precariedade. Nesse sentido quais as reais motivações que possibilita a permanência desses sujeitos na instituição? Podemos levantar a ideia hipotética que as políticas de permanência têm alguma influência? No que os programas vêm contribuindo? Eles são determinantes para os alunos permanecerem?

5.EXAMINAR O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS QUE INGRESSAM NO CURSO DE PEDAGOGIA – COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UFPB E AS CONDIÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA.

5.1. Breve Histórico da Educação do Campo

A Educação do Campo caminhou articulada com movimentos sociais no final de 1980, quando o Brasil estava sendo desmembrado do governo ditatorial. No período da redemocratização, muitas organizações atribuíam o rigor dialético para lutar por direitos básicos, como: saúde, moradia, educação etc. entre eles a educação se consolidava a partir da Constituição Federal de 1988, sendo estabelecido o princípio da obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

No Art. 206 da constituição de 1988, diz que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Em 1996 foi incorporada aos dispositivos constitucionais na Lei de Diretrizes e Bases nos seus artigos 23, 26, 28, a especificidade do campo no que se refere ao social, cultural, político e econômico. A educação sendo ressignificada nos anos de 1990, retratada através das

conquistas dos movimentos sociais do campo e sindicais que reivindicavam pela universalização da educação básica e em suas diversas modalidades, se tornando grande aliados na luta, produção de direitos e estabelecimento de leis educacionais. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

Nesse contexto, começou as primeiras iniciativas de uma educação do campo, e o Programa de Educação na Reforma Agrária - PRONERA foi um dos pioneiros. As discussões do PRONERA incidiam do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizado em 1997, na cidade de Brasília, sendo o principal programa proposto que tinha como parcerias a luta da reforma agrária. No PRONERA existem projetos de Educação de Jovens e Adultos visando à alfabetização, cursos de nível médio e superior com parcerias com universidades federais.

O programa possibilita a escolarização e capacitação para os camponeses e os trabalhadores dos assentamentos da reforma agrária, de projetos de formação inicial como a Pedagogia da Terra e a licenciatura em educação do campo. Existem projetos de formação continuada como a especialização *lato sensu* em Educação do Campo. Os cursos de Letras, História, Geografia e Agronomia também são desenvolvidos no contexto do PRONERA.

Alguns fatos mais recentes ilustram estas conquistas dos atores: um exemplo foi a inclusão da educação do campo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, por meio da resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, (CNE/CEB) (Brasil, 2010) e do decreto presidencial nº 7.326/2010, que institucionalizou o Pronera como ferramenta de implantação de políticas de educação do campo. Outro fato importante foi a lei nº 11.947, de junho de 2009, que determinou a compra, por parte dos poderes públicos, de no mínimo 30% da merenda escolar diretamente dos agricultores familiares, fato que pode potencializar mudanças para esse setor de produção. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2002, p. 241)

Nesse contexto, as estratégias pedagógicas emergiam adequadamente a realidade camponesa, com proposta de valorização do sujeito, tendo em vista, o modo de vida, identidade, cultura e o desenvolvimento sustentável. A busca de tais contornos na educação do campo surge pela perda das condições de vida adequada, pela falta da valorização dos sujeitos do campo e a grande explosão do agronegócio.

O agronegócio promove a destruição da biodiversidade social, causa impactos ambientais e desvaloriza a agricultura familiar através do latifúndio e a monocultura em larga escala. Os aspectos acima citados transformam a educação de forma negativa a partir da exclusão e expropriação dos sujeitos do campo, pois a concentração de terra dá espaço ao sistema internacional capitalista e dificulta a sobrevivência no campo.

Tendo em vista que os povos do campo se encontram excluídos devido a existência de um modelo socioeconômico que valoriza o agronegócio latifundiário exportador e o espaço urbano como símbolos da modernidade/avanço/progresso. No processo educativo oficial, sempre tivemos uma educação rural reprodutora/domesticadora que objetiva formar para a submissão, preparando mão-de-obra barata para o capital urbano e para o agronegócio, reproduzindo as relações sociais vigentes que são, por sua vez, excludentes. Daí a necessidade de construção de uma educação emancipatória dos habitantes da área rural. (CAMACHO,2009, p. 28)

Partindo desse contexto os movimentos sociais são atores primordiais na luta por uma pedagogia voltada para o povo camponês. Eles também são responsáveis por reivindicar uma educação adequada para seu povo e a partir dessa árdua batalha são obrigados a lutar contra o capital e construir novas possibilidades de sobrevivência no campo, criando e recriando seu espaço de vida.

A Educação do Campo tem origem nos problemas enfrentados pelos camponeses e, conseqüentemente, na busca de soluções por parte dos movimentos sociais do campo para impedir que o capitalismo destruía o campesinato ou mantenha-os a margem da sociedade. Possuímos uma realidade, hoje, de exclusão social dos moradores do espaço rural, onde a prioridade dada ao agronegócio latifundiário exportador tem levado ao aumento da pobreza das populações rurais.(CAMACHO,2009, p. 29).

Por isso, a necessidade de um modelo educacional que gere alternativas para incluir os cidadãos em situação de vulnerabilidade, encontrando caminhos para diminuir o êxodo rural, causados pela falta de condições para sobrevivência a esses povos e pela modernização conservadora da agricultura redescobrimos a interação campo-cidade. Fernandes; Oliveira; Santos; Duarte; Michelotti; Molina; Caldart (2008). Apesar das discussões a respeito da educação do campo ainda temos muito para caminhar na garantia e na qualidade dessa educação.

Apesar de os dados da educação do campo serem reconfigurados em função das lutas, ainda permanecem deficiências grandes, tais como a falta de atendimento no âmbito da educação infantil, do segundo segmento do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior, além das modalidades de EJA e educação especial. Os dados do Censo de 2010 (IBGE) apontam que a população rural brasileira corresponde a 15% da população total do país. Em 2000, a população rural correspondia a 19%; já os dados do censo de 1980 mostravam 32% da população vivendo em meio rural. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2002, p. 242)

A partir desses dados estatísticos podemos entender que a educação do campo precisa de melhorias para atingir os patamares ideais no tocante a infraestrutura e práticas

educacionais, pois ainda existem muitas escolas multisseriadas, desigualdade social, falta de aquisição de direitos humanos entre eles a própria educação, concluindo-se que, as oportunidades escolares ainda são insuficientes para a população campestre se desenvolver dignamente somados a precariedade das escolas e a falta de preparo dos docentes atuarem no ensino dos diversos níveis de escolaridade. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

Tendo como base o breve histórico da educação do campo em seu âmbito nacional, buscaremos no próximo tópico, compreender como se estrutura o curso Pedagogia- com área de aprofundamento em Educação do Campo na UFPB, para deslocar-se aos sujeitos ingressos, e suas possíveis lutas de permanência.

5.2. Estrutura do curso de Pedagogia- com área em aprofundamento da educação do campo na UFPB

O curso foi pensado a partir de desigualdades existentes entre os homens e mulheres de ordem econômica, política, social e educacional que têm se perpetuado e se intensificado no âmbito nacional e especialmente no estado da Paraíba. Tendo em vista as novas constituições de relações sociais de organizar a educação, sobretudo por parte dos excluídos entre eles os campestres, nesse sentido emerge a proposta de fortalecer a luta por uma educação do campo, visto que a educação se faz aliada a luta por direitos dos indivíduos do camponato nos espaços rurais ou urbanos, na defesa do meio ambiente, exercício político e cidadania. Uma educação voltada para a valorização das tradições dos sujeitos do campo, as diferenças regionais, como os horários, a valorização do mundo rural, os temas, a metodologia de ensino e um calendário que respeite o ciclo da agricultura, assim evitando o atraso educacional, a falta de desenvolvimento no espaço do campo, obrigando os camponeses ao êxodo rural em busca de emprego ou escolarização. (ROTTA; ONOFRE, 2010).

Diante deste cenário nacional buscou-se enfoque no Estado da Paraíba que é nosso campo de estudo, ressaltando que, a educação no Estado supracitado é muito precária, destacando que há um grande número de jovens, adolescentes e adultos analfabetos, resultando no total de 78% desses jovens e adolescentes que frequentaram uma escola na zona rural e que conseguiram prosseguir nos estudos até o 5º ano do Ensino Fundamental, encontra-se em estágio crítico ou muito crítico, na disciplina de Língua Portuguesa, de acordo UFPB (2008), que observou o nível de aprendizagem do ensino básico nas escolas públicas rurais e urbanas do país.

Os resultados no projeto político pedagógico do curso apontam que, na zona rural da Paraíba, apenas 0,2% dos alunos concluíram a primeira fase do Ensino Fundamental no tempo previsto. Na zona urbana, os números de educandos em estágio crítico e muito crítico chega a 65,2%. Desses, apenas 1,9% concluíram o 5º ano na modalidade adequada ou avançada, dados estes de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação do Campo em 2008. (UFPB, 2008)

Segundo a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária contabiliza 5.595 assentamentos credenciados pelo INCRA, sendo que no estado da Paraíba são 209 assentados, nos quais viviam, em 2004, 12.2002 famílias assentadas num total de 58.661 pessoas. Nessas áreas existem 8.679 escolas, sendo 4.230 no Nordeste. Assim, constata-se o crescimento do número de assentados rurais que acarretam cada vez mais o aumento das demandas de profissionais qualificados para a educação do campo que se identifiquem e conheçam as peculiaridades e dificuldades vividas na educação dos assentamentos rurais.(UFPB, 2008, p.6).

Para atender essa demanda foi criado por meio das lutas de movimentos sociais e sindicais o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA em 1998 como uma política pública de Educação do Campo desenvolvidas nas áreas de reforma agrária, objetivando fortalecer o meio rural e seu modo de vida em todos os aspectos. Essa proposta de reivindicar por uma educação pública de qualidade oportunizou a muitos jovens e adultos trabalhadores da zona rural o direito a alfabetização e progressão nos estudos em seus vários níveis. (UFPB, 2008).

Em 2008 o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica estabelecem a resolução de nº 2, de abril de 2008 que em sua redação institui diretrizes, normas e princípios de políticas públicas que atendam a educação básica do campo, e a formação de professores do campo que tenham uma formação pedagógica apropriada para a Educação do Campo. (UFPB, 2008).

Diante desse cenário nacional, a UFPB, o Centro de Educação e em especial o Programa de Pós – Graduação se comprometeu e reconheceu a legitimidade das lutas dos movimentos sociais do campo criam cursos com ofertas de vagas para turmas direcionadas aos assentamentos rurais tais como: realização do Curso Normal de Nível Médio, a primeira Turma de Magistério Norte/Nordeste, concretizado no campus de Bananeiras; o Curso de Graduação em Ciências Agrárias – Licenciatura Plena (Turma Especial para Assentamentos Rurais – Região Nordeste) e o Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, em efetivação no campus de Bananeiras; a implantação de uma turma

especial do Curso de Licenciatura em História realizado pelo CCHLA, cujo Centro de Educação participa. (UFPB, 2008).

Nesse sentido a Universidade Federal da Paraíba, especificamente o Centro de Educação reafirma seu compromisso com a sociedade, neste caso, com a comunidade camponesa, quando atende as demandas dos movimentos sociais do campo, capacitando educadores no estado da Paraíba, através da criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Área de Aprofundamento do Campo, para formar profissionais para atuar nos anos iniciais para as áreas de Assentamentos. (UFPB, 2008).

O amparo legal para a criação do curso de licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo se deu pelo Programa de Estudante Convênio – Movimentos Sociais do Campo PEC-MS, Resolução Nº 25/2004, proposto, segundo o artigo 2º, a admissão de estudantes que tenham concluído o Ensino Médio, pertencentes aos Movimentos Sociais do Campo, vinculados aos Programas de Educação para a Reforma Agrária do INCRA, para realização de Cursos de Licenciatura, mediante celebração de convênios ou de termos aditivos aos convênios firmados entre a UFPB e os Programas para a Educação na Reforma Agrária do INCRA e similares. (UFPB, 2008).

As reivindicações dos movimentos sociais foram atendidas e ganham amparo legal na LDB de 1996, especificado nos artigos 23, 26, 28 que trata em sua redação de como deve ser a educação para os povos do campo, atendendo as suas necessidades através de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade do campo, cultura, modo de vida, calendário escolar adequado, política, as questões de gênero, ética, e situação econômica, buscando um ensino inovador, com avanços tecnológicos e uma gestão participativa. (UFPB, 2008). E de modo geral e amplo o amparo legal se faz por meio da:

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, art. 205; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), art. 3º, inciso VII, 9º, 13, 43, 61, 62, 64, 65 e 67 Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), especialmente em seu item IV, Magistério na Educação Básica, que define as diretrizes, objetivos e metas, relativas à formação profissional inicial para docentes da Educação Básica; Parecer CNE/CP nº 9/2001, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; Parecer CNE/CP nº 27/2001, que dá nova redação ao item 3.6, alínea “c”, do Parecer CNE/CP nº 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; Parecer CNE/CP nº 28/2001 que dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 21/2001, estabelecendo a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; Resolução CNE/CP nº 2/2002, que institui a

duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica, em nível superior. Parecer CNE 5 de 13/12/2005 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Resoluções do CONSEPE/UFPB: 04/2004, que estabelece a Base Curricular, para a Formação Pedagógica dos Cursos de Licenciatura; a 39/1999 que Aprova a sistemática de elaboração e de reformulação do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFPB, revoga a Resolução N° 89/81, deste Conselho, e dá outras providências; 34/2004 que Aprova a sistemática de elaboração e de reformulação do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFPB revoga a resolução N° 39/1999, e dá outras providências. (UFPB, 2008, p. 2)

O curso foi denominado, Curso de Pedagogia - Licenciatura área de aprofundamento Educação do Campo. Oferecendo 45 vagas no turno noturno, curso seriado semestral em regime de créditos totalizando 214 créditos, carga horária de 3210 horas-aulas, tempo máximo para integralização curricular é de dezesseis períodos letivo, tempo mínimo para integralização curricular onze períodos letivos e trinta e seis créditos por período letivo. (UFPB, 2008).

Diante de toda problemática existente no campo viu-se a necessidade de caráter emergencial de formar profissionais que atendam a essa camada social. Os profissionais que se formam no curso devem estar habilitados para através do conhecimento científico promover a educação continuada, ter compreensão crítica do que ensina contribuir para uma formação livre politicamente de forma interdisciplinar. (UFPB, 2008).

O pedagogo do campo está habilitado a atuar pedagogicamente nos anos iniciais compreendendo do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental, em áreas rurais e de assentamentos sociais do campo, investigando os saberes e desenvolvendo práticas pedagógicas a partir da vivência cotidiana dos educandos. (UFPB, 2008).

Qualificar o profissional para atuar no campo contribui para elevar o nível de escolaridade dos filhos dos camponeses e os membros das comunidades circundantes, atendendo a melhoria e a busca da educação de qualidade e promove a integração da Universidade Federal da Paraíba com os movimentos sociais do campo por meio do envolvimento dos professores, visto que a universidade existe para produzir conhecimento científico, gerar pensamento crítico, organizar e articular os saberes, formar cidadãos, profissionais e lideranças intelectuais capazes de gerar transformação social. (UFPB, 2008). A distribuição das disciplinas por semestre – Turno Noturno. representada a seguir. Confere estrutura curricular do curso:

Tabela 04: 1º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Filosofia da Educação	75 h	5
Sociologia da Educação	75 h	5
Psicologia da Educação	75 h	5
História da Educação	75 h	5
Sub-Total	300 h	20

Fonte: UFPB (2008).

Tabela 05: 2º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Fundamentos Sócio-históricos da Educação do Campo	60 h	4
Língua Portuguesa	60 h	4
Metodologia do Trabalho Científico	60 h	4
Política Educacional	60 h	4
Tópicos Especiais em Educação do Campo I	60 h	4
Sub-Total	300 h	20

Fonte: UFPB (2008).

Tabela 06: 3º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Fundamentos da Educação e do Ensino Fundamental	60 h	4
Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo I	75 h	5
Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo	60 h	4
Optativa	30 h	2
Tópicos Especiais em Educação do Campo II	75 h	5
Sub-Total	300	20

Fonte: UFPB (2008).

Tabela07: 4º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Educação e Movimentos Sociais	60 h	4
Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo II	60 h	4
Didática	60 h	4
Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	60 h	4
Educação, Economia Popular Solidária e Práticas Associativas	60 h	4
Sub-Total	300	20

Fonte: UFPB (2008).

Tabela08: 5º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Optativa	60 h	4
Projeto de Pesquisa e Extensão no campo I	90 h	6
Estágio supervisionado I	75 h	5
Conteúdos e Metodologia do Ensino de Português	75 h	5
Sub-Total	300 h	20

Fonte: UFPB (2008).

Tabela09: 6º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Estágio Supervisionado II	90 h	6
Optativa	30 h	2
Projeto de Pesquisa e Extensão no campo II	90 h	6
Tópicos Especiais em Educação do Campo III	120 h	8
Sub-Total	330 h	22

Fonte: UFPB (2008).

Tabela10: 7º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Língua Brasileira de Sinais – Libras	60 h	4
Tópicos Especiais em Educação do Campo IV	30 h	2
Estágio Supervisionado III	120 h	8
Optativa	60 h	4
Sub-Total	270 h	18

Fonte: UFPB (2008).

Tabela 11: 8º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Conteúdo e metodologia do Ensino de Geografia	60 h	4
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Ciências	60 h	4
Conteúdo e metodologia do Ensino de História	60 h	4
Estagio Supervisionado IV	120 h	8
Sub-Total	300 h	20

Fonte: UFPB (2008).

Tabela 12: 9º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Organização e prática da Educação de Jovens e Adultos	60 h	4
Educação Popular	60 h	4
Optativa	60 h	4
Estagio Supervisionado V	90 h	6
Tópicos Especiais em Educação do Campo V	30 h	2
Sub-Total	300 h	20

Fonte: UFPB (2008).

Tabela 13: 10º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Conteúdo e Metodologia do Ensino de Matemática	75 h	5
Teorias e Práticas da Educação Popular	75 h	5
Currículo e Educação	60 h	4
Optativa	60 h	4
Sub-Total	270 h	18

Fonte: UFPB (2008).

Tabela 14: 11º Semestre

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Alfabetização: processos, métodos e práticas	75 h	5
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	60 h	4
Tópicos especiais em Educação do Campo VI	45 h	3
Arte e Educação	60 h	4
Sub-Total	240 h	16

Fonte: UFPB (2008).

Total do Curso: 3210 h 214 crédito

Os componentes curriculares representados nos quadros têm como objetivo trazer uma formação que leve os discentes a compreenderem a realidade e o modo de vida dos povos do campo, sua história, as políticas públicas que aparam e regem as práticas pedagógicas na educação para os camponeses. Apresenta uma didática voltada para as suas especificidades, com vistas para capacitar professores para trabalhar com os sujeitos do campo valorizando a sua história e seus conhecimentos. (UFPB, 2008).

5.3. Perfil Socioeconômico dos alunos que ingressam no curso de Pedagogia (Educação do Campo) na UFPB

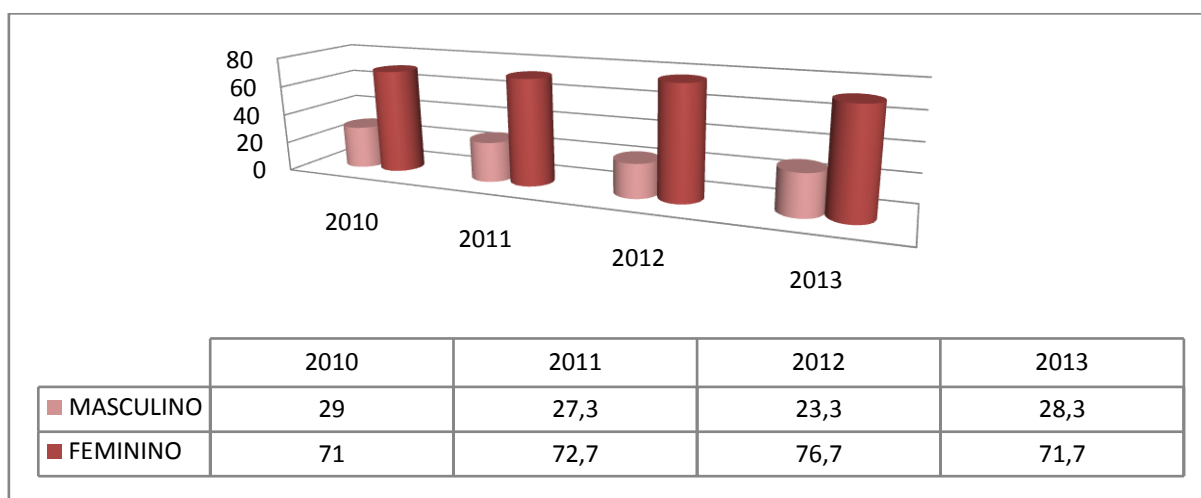
Os dados apresentados a seguir referem-se à pesquisa, realizado por Felinto (2015) que traçou o perfil dos estudantes do curso de Pedagogia – Área de aprofundamento do campo nos anos de 2010 a 2013 trazemos esses dados para o nosso estudo por perceber que a maioria dos estudantes que ingressam no curso supracitado está em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a pesquisa aponta este fato em suas variáveis analisadas.

O gráfico 01 mostra o expressivo quantitativo do público do sexo feminino no curso de Pedagogia – Área de aprofundamento do campo, dados da pesquisa entre 2010 a 2013, de percentual de 28,3% do total ao final da pesquisa. O gráfico 02 aponta o número significativo de estudantes autodeclarados pardos chegando ao percentual de 60% dos analisados. No que se refere à renda familiar o gráfico 03 revela que, a maioria conta com R\$ 622,00 pouco mais de um salário mínimo vigente. No caso da renda familiar o percentual vai de pouco mais de 27% dos pesquisados. O tipo de escola desses estudantes é em sua maioria da rede estadual de ensino, com percentual de 59% dos estudantes analisados. Aponta o gráfico 04. O gráfico 05 revela que a maioria dos estudantes do curso de Pedagogia – áreas de aprofundamento em Educação do Campo não trabalham. (FELINTO, 2015).

Na variante instrução das mães dos pesquisados o gráfico 06 mostra que, a maior parte possui apenas o ensino fundamental incompleto com percentual de pouco mais de 36% ao final da pesquisa. O sétimo e último gráfico nº 07 analisou a variável instrução do pai que se aproxima com a realidade escolar das mães dos pesquisados, tendo o percentual de 45% do total que possui ensino fundamental incompleto correspondendo à maioria. (FELINTO, 2015).

Neste sentido buscamos entender quais são os fatores determinantes que geram a permanência desses estudantes em situação de vulnerabilidade social.

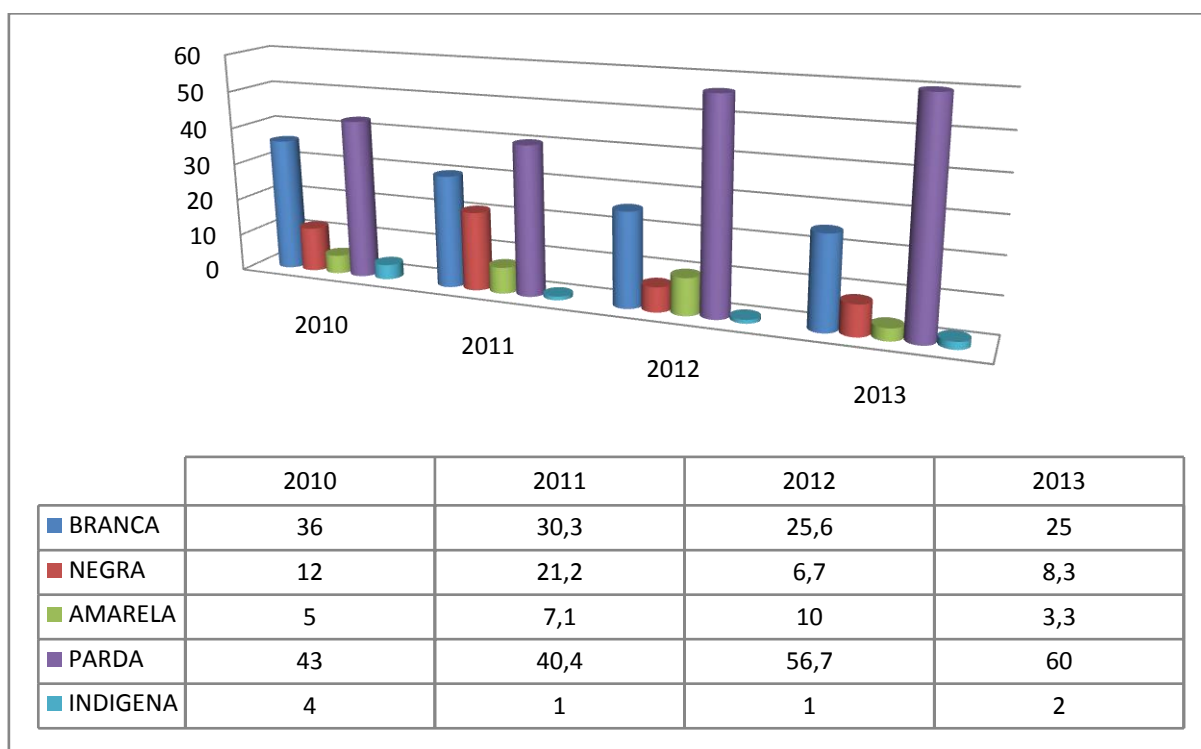
Gráfico 01- Sexo



Fonte: Retirado de Felinto (2015)

O gráfico 01 aponta perfil dos estudantes que ingressam no curso de Pedagogia – com área de aprofundamento do campo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é em maior parte composto pelo público do sexo feminino de acordo com pesquisas realizadas no período de 2010 a 2013, análise esta, tendo resultado constante em todos os anos analisados. Seguido dos percentuais do sexo feminino: 71% em 2010, 72,7% em 2011, 76,1% em 2012 e 71,7% em 2013 e para o sexo masculino em 2010 temos percentual de 29%, 27,3% em 2011, 23,3% em 2012 e 28,3% em 2013. Esse dado se faz corrente devido ao contexto histórico de que a mulher é vista como cuidadora, sensível, carinhosa e amorosa na prática docente. (FELINTO, 2015).

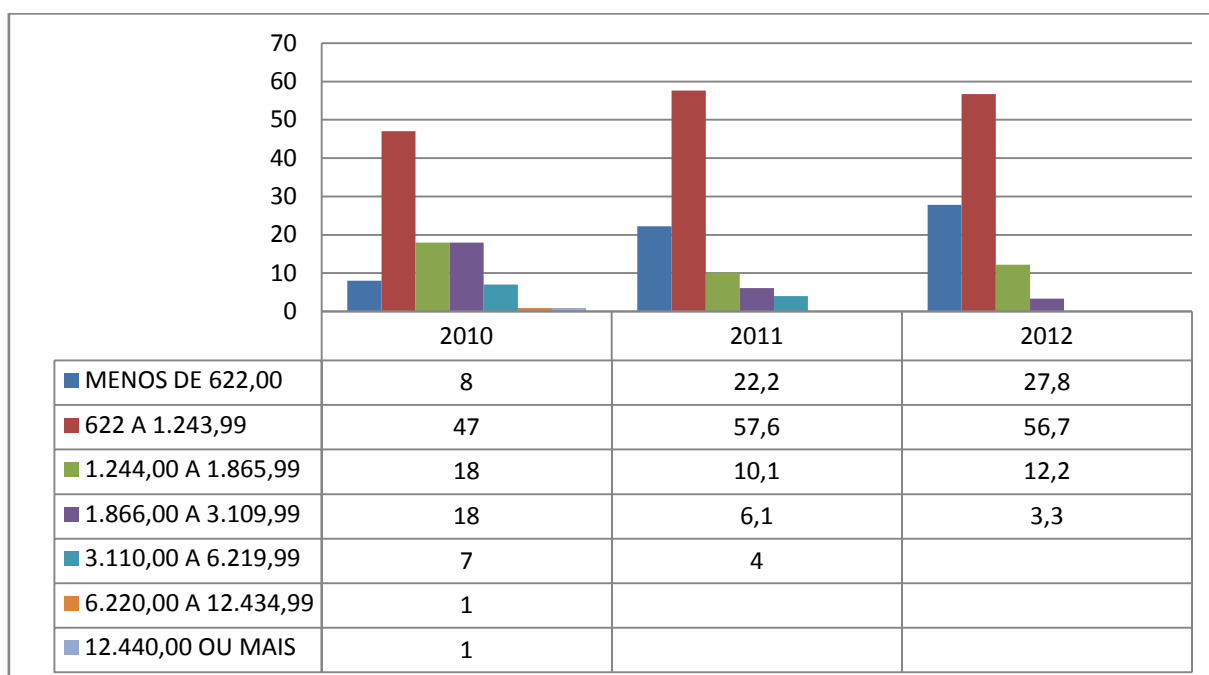
Gráfico 02: Cor/raça



Fonte: Retirado de Felinto (2015)

No gráfico 02 foi contemplada a análise da cor e raça, revelando que a maior parte dos estudantes é de cor parda seguida da cor branca. Embora a cor parda continua crescendo ao longo dos anos pesquisados e a cor branca e negra apresenta queda nos últimos anos analisados. Os resultados obtidos são de: 12% de negros em 2010, 21,2% em 2011, 6,7% em 2012 e 8% em 2013, a cor amarela apresenta 5% em 2010, 7,1% em 2011, 10% em 2012 e 3,3% em 2013, a cor parda tem a variação percentual de 43% em 2010, 40,4% em 2011, 56,7% em 2012 e 60% em 2013, finalizando com os indígenas que resultou no percentual de 4% em 2010, 1% em 2011, 1% em 2012 e 2% em 2013. (FELINTO, 2015).

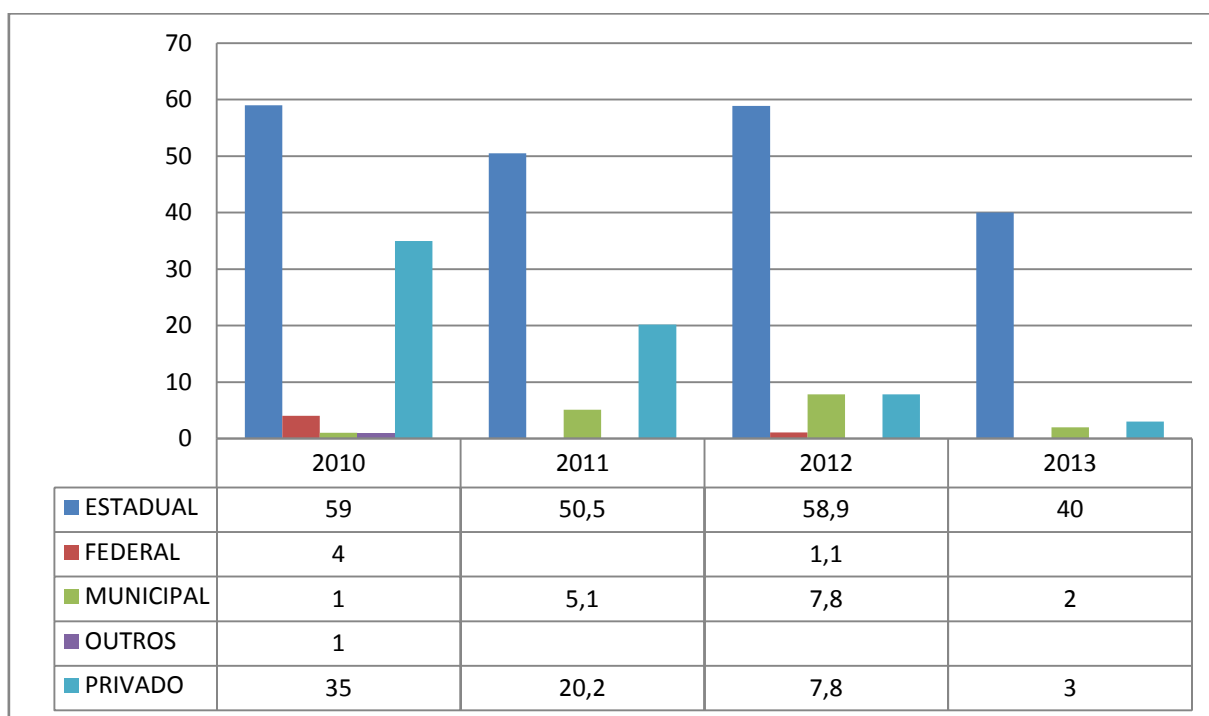
Gráfico 03: Renda familiar



Fonte: Retirado de Felinto (2015)

No que diz respeito à renda familiar, o gráfico 03 se delimita aos anos de 2010 a 2012 apontando como base salarial o valor de menos 622,00 reais tendo como teto máximo o valor 12.440,00 reais de renda, conclui-se que a maior parte dos ingressantes do curso pertence a famílias economicamente menos favorecidas da sociedade. Fato confirmado pelos resultados percentuais alcançados que foi de: 8% tinham renda inferior a 622,00 reais em 2010, 22,2% em 2011, 27,8% em 2012. Renda maior que 622,00 reais até 1.243,99 em 2010 e de 47%, 57,6% em 2011 e 56,7% em 2012. Renda de 1.244,00 reais a 1.865,99 em 2010 tinham 18%, 10,1% em 2011 e 12,2% em 2012. Renda 1.866,00 reais a 3.109,99 em 2010 era de 18%, 6,1% em 2011 e 3,3% em 2012. Renda de 3.110,00 reais a 6.219,00 era de 7% em 2010, 4% em 2011 e 0% em 2012. Renda de 6.220,00 reais era de 1%, 0% em 2011 e 0% em 2012 por fim renda igual ou maior que 12.440,00 o resultado revelou que, 1% tinha essa renda em 2010, 0% em 2011 e 0% em 2012. (FELINTO, 2015).

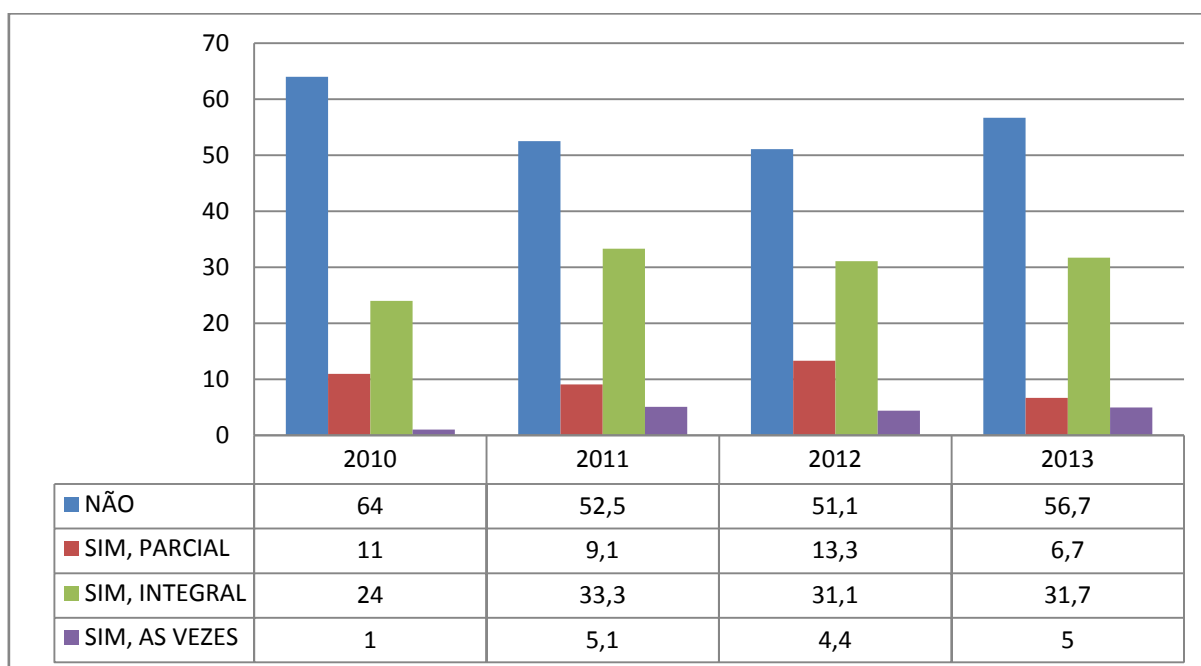
Gráfico 04: Tipo de escola



Fonte: Retirado de Felinto (2015)

O gráfico 04 revela que, os estudantes são oriundos em sua maioria de escolas públicas, sendo a rede estadual com maior parte do número de ingressante no curso. Seguido o percentual em rede estadual de 59% em 2010, 50,5% em 2011, 58,9% em 2012 e 40% em 2013. Na rede federal temos o percentual de: 4% em 2010, 0% em 2011, 11% em 2012 e 0% em 2013. Na rede municipal era de: 1% em 2010, 5,1% em 2011, 7,8% em 2012 e 2% em 2013. Outros centros de ensino somam o percentual de: 1% em 2010, 0% em 2011, 0% em 2012 e 0% em 2013, finalizando com os resultados da rede privada eram de 35% em 2010, 20,2% em 2011, 7,8% em 2012 e 3% em 2013. (FELINTO, 2015).

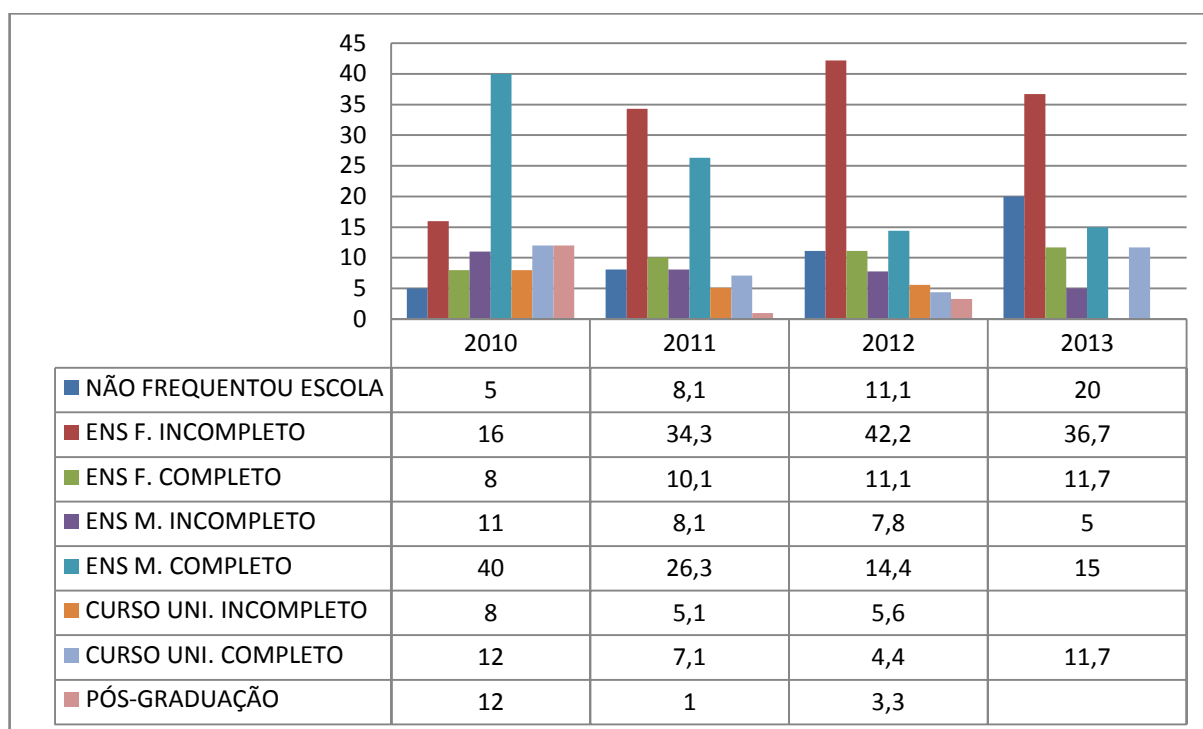
Gráfico 05: Trabalho



Fonte: UFPB/ COPERVE, 2010 A 2013; UFPB, Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), 2013.

No quesito emprego representado no gráfico 05, nota-se que a maioria não trabalha tendo um tímido crescimento aos que trabalham em tempo integral ao final da pesquisa. Seguidos dos percentuais dos que não trabalham era de 64% em 2010, 52,5% em 2011, 51,1% em 2012 e 56,7% em 2013. Os ingressantes que trabalham em regime parcial eram de 11% em 2010, 9,1% em 2011, 13,3% em 2012 e 6,7% em 2013. Os estudantes que trabalhavam em regime integral eram de 24% em 2010, 33,3% em 2011, 31,1% em 2012 e 31,7% em 2013 finalizando com a variante de ingressantes que trabalham em momentos eventuais, eram de: 1% em 2010, 5,1% em 2011, 4,4% em 2012 e 5% em 2013. (FELINTO, 2015).

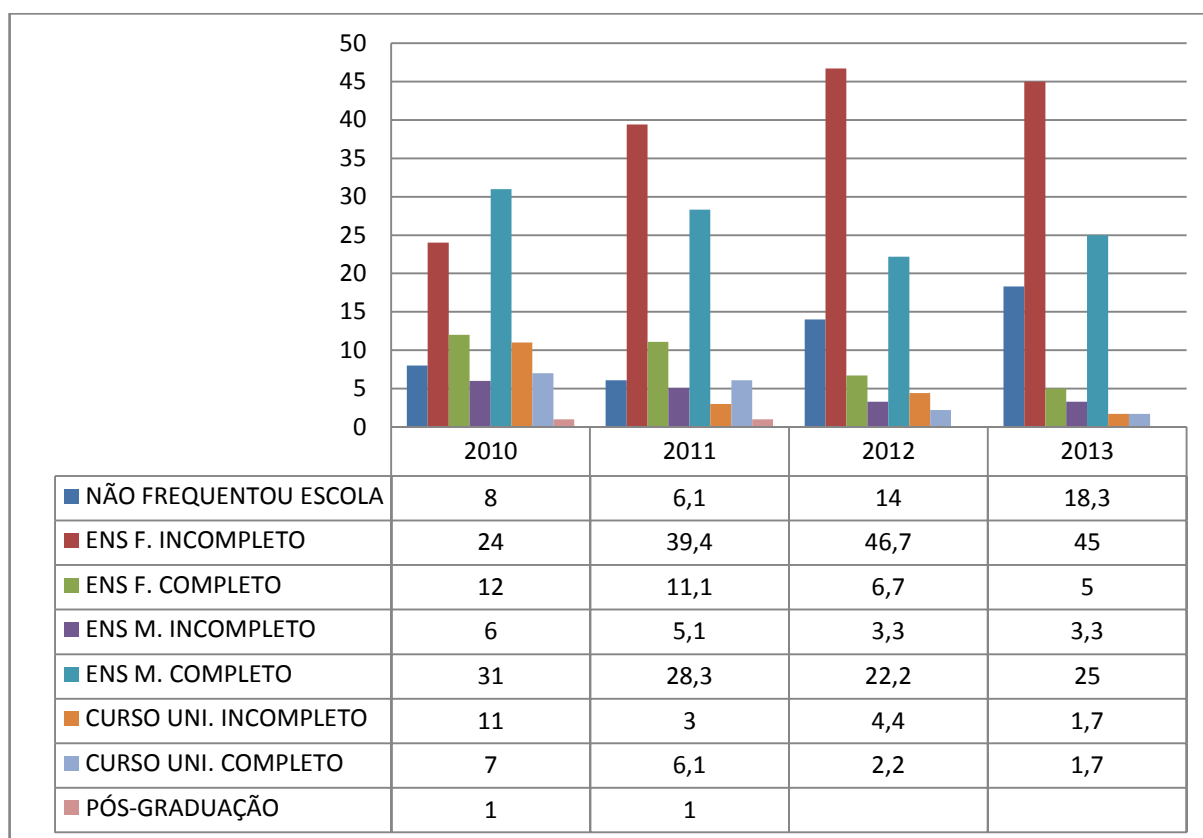
Gráfico 06: Instrução da mãe



Fonte: Retirado de Felinto (2015)

Quando a pesquisa passa pelo mérito instrução das mães, apresentado no gráfico 06 percebe-se que a instrução da mãe no início da criação do curso em sua maioria era de ensino fundamental incompleto, seguidos dos resultados de 5% nunca frequentaram uma escola em 2010, 8,1% em 2011, 11,1% em 2012 e 20% em 2013. As mães dos ingressantes que possuem fundamental incompleto eram de 16% em 2010, 34,3% em 2011, 42,2 % em 2012 e 36,75 em 2013. As mães que tinham ensino fundamental completo eram de 8% em 2010, 10,1% em 2011, 11,1% em 2012 e 11,7% em 2013. As mães que possuíam ensino médio incompleto eram de 11% em 2010, 8,1% em 2011, 7,8% em 2012 e 5% em 2013. As mães que tinham ensino médio completo eram de 40% em 2010, 26,3% em 2011, 14,4% em 2012 e 15% em 2013. As mães que possuíam ensino superior incompleto eram de 8% em 2010, 5,1% em 2011, 5,6% em 2012 e 0% em 2013. Para as que possuíam ensino superior completo os percentuais apontavam que era de 12% em 2010, 7,1% em 2011, 4,4% em 2012 e 11,7% em 2013 finalizando as mães que tinham em seu currículo acadêmico pós – graduação era de 12% em 2010, 1% em 2011, 3,3% em 2012 e 0% em 2013. (FELINTO, 2015).

Gráfico 07: Instrução do pai



Fonte: Retirado de Felinto (2015)

Da mesma maneira foi pesquisada a instrução dos pais dos ingressantes representado no gráfico 04 e a análise revela que a realidade escolar dos pais desses estudantes é muito próxima da realidade das mães dos mesmos. Seguido dos percentuais de 8% que nunca frequentou uma escola em 2010, 6,1% em 2011, 14% em 2012 e 18,3% em 2013. Os pais que tinham ensino fundamental incompleto eram de 24% em 2010, 39,4% em 2011, 46,7% em 2012 e 45% em 2013. Os pais que possuíam ensino fundamental completo somavam 12% em 2010, 11,1% em 2011, 6,7% em 2012 e 5% em 2013. Os pais que tinham ensino médio incompleto eram de 6% em 2010, 5,1% em 2011, 3,3% em 2012 e 3,3% em 2013. Para os pais que tinham ensino médio completo os percentuais mostram que eram de 31% em 2010, 28,3 em 2011, 22,2% em 2012 e 25% em 2013. Os pais dos ingressantes que possuíam ensino superior incompleto eram de 11% em 2010, 3% em 2011, 4,4% em 2012 e 1,7% em 2013. Os pais que tinham o ensino superior completo eram de 7% em 2010, 6,1% em 2011, 2,2 em 2012 e 1,7 em 2013 por fim os pais que possuíam pós-graduação eram de 1% em 2010, 1% em 2011, 0% em 2012 e 0% em 2013. (FELINTO, 2015).

Por fim as variantes de dados analisados nos gráficos feito por Felinto (2015) apontam que os alunos que ingressam no curso de Pedagogia - Área de Aprofundamento do Campo vivem em situação de vulnerabilidade econômica e social, apontando que o curso atende a um público com baixa renda, indivíduos pardos e negros oriundos de escolas públicas e pais com baixa escolaridade.

6. RESULTADO DA PESQUISA

6.1. Perfil dos treze estudantes foco da pesquisa

Neste tópico discutiremos sobre o perfil dos ingressantes no curso de Pedagogia – Área de aprofundamento do campo com base no questionário aplicado em três períodos letivos do curso no caso o 4º, 7º e 10º, a pesquisa foi destinada apenas aos discentes oriundos do campo, totalizando treze participantes, realizado no corrente ano de estudo da pesquisa. Consideramos as variáveis: sexo, cor/raça, tipo de escola, renda familiar, ocupação dos pais, e instrução dos pais.

Tabela 15: Sexo

Descrição	Frequência	Percentual
Feminino	11	84,6%
Masculino	2	15,4%
Total	13	100,0%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos que Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do campo

De acordo com tabela nº 15 composta por ingressantes do curso Pedagogia – Área de aprofundamento do campo a predominância é do sexo feminino. A tabela mostra que dos 13 participantes dois foram do sexo masculino e 11 do sexo feminino, cerca de 84,6% seguido de 15,4% do sexo masculino.

Tabela 16: Cor/raça

Descrição	Frequência	Percentual
Pardo	13	100,0%
Total	13	100,0%

Fonte: questionário aplicado aos alunos que pedagogia – área de aprofundamento em educação do campo

Na relação com o perfil raça/ cor, a tabela 16 indica que a todos os ingressantes no curso Pedagogia – Área de aprofundamento do campo são autodeclarados pardos, dando o total de 100% dos respondentes.

Tabela 17: Tipo de escola

Descrição	Frequência	Percentual
Público	10	76,9%
Privado	1	7,7%
Público – privado	2	15,4%
Total	13	100,0%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos que Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do campo

No que se refere a tipo de escola que concluíram a educação básica a tabela 17 demonstra que, 10 dos respondentes estudaram a Educação Básica apenas em escolas públicas, 1 cursou somente em escolas do setor privado e 2 cursaram parte em escolas públicas e parte em escolas particulares. Deste total temos: 76,9% em escolas públicas, 7,7% no setor privado e 15,4% parte no setor público e parte privado.

Tabela 18: Renda total mensal da família

Descrição	Frequência	Percentual
até 1 salário mínimo	5	38,5%
de 1,1 a 2 salários mínimos	3	23,1%
de 2,1 a 3 salários mínimos	3	23,1%
3,1 a 5 salários mínimos	2	15,4%
total	13	100,0%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos que Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do campo

Nesta tabela de nº18 contemplamos a variável renda familiar, a análise revela que, 5 dos participantes contam com a renda mensal de apenas 1 salário mínimo, 3 de 1,1 salários mínimos, 3 de 2,1 salários mínimos e 2 de 3,1 salários mínimos, seguido dos percentuais 38,5% renda de 1 salário mínimo, 23,1% renda de 1,1 salários mínimos, 23,1% renda de 2,1 salários mínimos e 15,4% renda de 3,1 salários mínimos. Nesse sentido constatamos através do resultado desta pesquisa que a maioria dos ingressantes sobrevive com apenas um salário mínimo mensal.

Tabela 19: Ocupação do pai

Descrição	Frequência	Percentual
Trabalhando com vínculo empregatício	3	23,1%
Trabalhando sem vínculo empregatício	5	38,5%
Aposentado	1	7,7%
Outros	4	30,8%
Total	13	100,0%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos que Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do campo

Natabela 19 analisaremos a ocupação dos pais dos estudantes do curso Pedagogia – Área de aprofundamento do campo o resultado revela que há predominância de pais com trabalho sem vínculo empregatício, deste caso são 5 do total, seguido de 4 que possui outras formas de sustento familiar, 3 que trabalham com vínculo empregatício e 1 aposentado, obtemos o percentual de 38,5% dos que trabalham sem vínculo empregatício, 30,8% tem outros formas de subsistência, 23,1% trabalham com vínculo empregatício e apenas 7,7% apontam para aposentadoria.

Tabela 20: Ocupação da mãe

Descrição	Frequência	Percentual
Trabalhando com vínculo empregatício	4	30,8%
Trabalhando sem vínculo empregatício	1	7,7%
Desempregada	3	23,1%
Aposentado	1	7,7%
Outros	4	30,8%
Total	13	100,0%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos que Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do campo

No que se refere à ocupação das mães dos respondentes a pesquisa representada na tabela 20 aponta que, 4 trabalham com vínculo empregatício, 4 possuem outros meios de sustento, 3 são desempregadas e 1 está aposentada. Neste sentido obtemos um percentual de: 30,8% trabalham com vínculo empregatício, 30,8% tem outras formas de sustento familiar e 7,7% é aposentada. Diante desses resultados inferimos que, a ocupação das mães dos participantes é semelhante à ocupação dos pais dos mesmos.

Tabela 21: Instrução do pai

Descrição	Frequência	Percentual
Não frequentou escola	1	7,7%
Ensino fundamental incompleto	5	38,5%
Ensino fundamental completo	2	15,4%
Ensino médio ou equivalente completo	4	30,8%
Ensino superior incompleto	1	7,7%
total	13	100,0%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos que Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do campo

A tabela 21 apresenta a variável instrução dos pais o quadro demonstra a predominância de ensino fundamental incompleto, sendo 5 deles, 4 com ensino médio completo, 2 com Ensino Fundamental incompleto, 1 que nunca frequentou uma sala de aula e

1 que possui ensino superior completo. Assim alcançamos o percentual de, 38,5% com ensino fundamental incompleto, 30,8% com ensino médio completo, 15,4% com ensino fundamental completo, 7,7 % que nunca frequentaram uma escola e 7,7% que possui nível superior completo.

Tabela 22: Instrução da mãe

Descrição	Frequência	Percentual
Não frequentou escola	1	7,7%
Ensino fundamental incompleto	6	46,2%
Ensino fundamental completo	3	23,1%
Ensino médio ou equivalente completo	2	15,4%
Ensino superior completo	1	7,7%
Total	13	100,0%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos que Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do campo

No que se refere à instrução das mães dos respondentes podemos inferir que muito próximo a realidade escolar dos pais, 6 mães possui o Ensino Fundamental incompleto, 3 tem o fundamental completo, 2 ensino médio completo, 1 nunca frequentou escola e 1 possui ensino superior completo. Assim alcançamos o percentual de: 46,2% com ensino fundamental incompleto, 23,1% com ensino fundamental completo, 15,4% com ensino médio completo, 7,7% que nunca frequentou uma sala de aula e 7,7% que possui o ensino superior.

Segundo pesquisa de Jezine; Farias; Felinto (2015) a educação superior federalizada no Brasil apresenta um aumento significativo no número das matrículas, apresentando o percentual de 92,1% de 2006 a 2015, ou seja, antes do Reuni e Pós Reuni. Os impactos na UFPB vêm seguindo a lógica nacional, revelando que o crescimento das matrículas de 2006 a 2015 aponta 64,94%. No tocante das políticas de inclusão social, somado ao processo de expansão, o perfil socioeconômico dos sujeitos que ingressam na UFPB vem tomando outra configuração, uma vez que, são educandos que vem de escolas públicas, com baixo nível de instrução dos pais e renda familiar precária.

6.2. Entrevista com estudantes em situação socioeconômica mais alarmante

Após comparar o perfil social e econômico dos discentes, analisados nos dados da pesquisa de Felinto (2015), para nosso estudo, percebemos que há uma relação socioeconômica entre os estudantes pesquisados, que se mostra constante ao longo dos anos, daí observamos a necessidade de aprofundar os estudos, desta vez por meio de entrevista com aqueles estudantes que apresentaram maior situação de vulnerabilidade social e econômica. Pois queremos ir além dos dados quantitativos, adentrando na subjetividade dos sujeitos pesquisados para interpretar a relação intrínseca e extrínseca que possam gerar sua permanência no curso superior. Desde modo destinaremos neste tópico a análise dos relatos pessoais dos estudantes do curso de Pedagogia – Área de Aprofundamento do Campo da UFPB das turmas do 4º, 7º e 10º período. Os respectivos períodos foram escolhidos com base na ideia de que nessa fase do curso os educandos têm uma chance mais concreta de concluir o curso.

A partir desse questionário traçamos um perfil econômico e social dos educandos. Após analisar as respostas do questionário buscamos uma amostra de três respondentes que se encontravam em situação mais alarmante de vulnerabilidade social, que passamos a entrevista guiada pelas perguntas como: Quais os desafios enfrentados por você para continuar no curso? Conta com alguma ajuda financeira de familiares, amigos e da instituição para permanecer no curso? Você acredita que o trabalho para automanutenção dificulta no desempenho acadêmico? Qual é o fator motivador para sua permanência no curso?

Utilizamos a entrevista que de acordo com Minayo (1992) é um instrumento que visa obter informação através da fala dos atores sociais por meio de uma conversa despretensiosa e neutra que tem uma intenção definida. Essa intenção é a coleta de informações com mais contato direto com o objeto entrevistado. Ela pode ser estruturada, não estrutura e semi-estruturada que seria a junção das duas primeiras com perguntas antecipadamente definidas. A entrevista é uma coleta de informações sobre determinado tema científico visando à coleta de dados objetivos e subjetivos que seja capaz de perceber e se inteirar com seus sentimentos e impressões da realidade vivida pelos informantes e a cerca do tema proposto.

A primeira entrevista foi realizada com uma estudante dodécimo período do curso, do sexo feminino, idade 23 anos, residente na cidade de Pilar no Estado da Paraíba, a qual se encontra em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, advém de escola pública e a instrução dos pais é de Ensino Fundamental incompleto. Seguido

da segunda entrevistado o quarto período do curso, também do sexo feminino, tem 22 anos, residente da cidade de Timbaúba no Estado de Pernambuco e encontra-se em situação de vulnerabilidade social com renda familiar baixa, que sobrevêm de escola pública e a instrução dos pais é de Ensino Fundamental incompleto. Por fim o último entrevistado que se encontra no sétimo período; do curso, do sexo masculino tem 21 anos, residente na cidade de Mari no Estado da Paraíba encontra-se em situação de vulnerabilidade social com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, advêm de escola pública e a instrução dos pais é de Ensino Fundamental incompleto.

Iniciamos questionando quais os desafios encontrados por esses educandos para sua permanência no curso. Percebemos que, o deslocamento das suas residências até a universidade, todos os dias para assistir aula e a questão financeira foram eleitos como os maiores desafios presente em suas falas, pois a distância para eles é um desgaste diário e o tempo perdido poderia ser aproveitado para o seu crescimento acadêmico. Isso ficou claro na fala dos entrevistados

Entrevistada I diz; *Os desafios são diversos, concebendo o primeiro desafio, a locomoção, uma vez que eu resido na cidade de Pilar, que fica em média de uma hora de distância, daqui de João Pessoa, do campus I, onde se dar o curso. Eu tenho que todos os dias vir de ônibus para UFPB. Acontece que eu moro na zona rural, saio da minha casa as 16:00 horas, vou para cidade, chegando das 16:20 as 16:30 para esperar o ônibus. Espero o ônibus chegar as 17:00, entro no ônibus, faço a viagem do percurso até João Pessoa, no campus. Chego em média de 18:30, para esperar a aula começar. Depois da aula, no final as 22:00, ainda, há o processo de esperar o ônibus novamente, para poder retornar a cidade, e retornar para casa, em média de 00:00 a 00:30, quando tem atraso nos ônibus, 01:00 da madrugada. Essa locomoção é um*

sério problema, porque interfere em muitas coisas, como o cansaço, em muitas vezes, a desmotivação. Passamos mais tempo no ônibus, do que estudando, no lugar de está me locomovendo... Vem à questão financeira, uma vez graduando o curso, exige direto ou indiretamente, alguns encargos financeiros, questão de material de estudo, alimentação porque pra gente ficar na instituição um período, outrora precisa-se ficar mais um outro período para alguma outra extensão do ensino, o que acontece, a gente precisa se alimentar, daí vem a questão dos gastos, principalmente, na minha condição de baixa renda, acaba que o dinheiro já sacrificado, e sacrifica-se ainda mais, é bem complicado.

Sobre esse mesmo conteúdo a segunda entrevistada argumentou:

A vinda pra cá, porque é muito cansativo. É muito cansativo pra gente que trabalha. É difícil ter um emprego que a gente possa sair de três horas da tarde, porque que eu tenho que sair essa hora, porque tenho que tá no ponto do ônibus de três e meia, para conseguir lugar, para vir sentada, e o ônibus sai de quatro horas. A gente vem, depois de um dia de trabalho e volta de dez, dez e meia. Aí também tem a questão do caminho, que é perigoso, que pode ocorrer assalto, estamos mudando a rota, por conta disso, porque tava havendo muito assalto. (...) a questão econômica, é um probleminha, porque a gente

tem que gastar aqui com muita coisa, muitas Xerox, apostilas, e muitas vezes temos que tirar dinheiro, onde não tem. Pedi emprestado, emprestado aqui, emprestado ali para poder tentar. É mais ruim ainda quando o professor não chegar a utilizar em sala de aula, é o que pesa muito

Nesse mesmo teor de compreensão o terceiro entrevistado relata:

Bem, desde do início o meu desafio, pra mim, foi realmente essa questão da distância, pelo fato de morar no interior e depender de transporte.

A partir destas falas podemos perceber o quanto é sacrificante para esses estudantes a distância que os mesmos têm que percorrer para chegar à universidade todos os dias e as questões de ordem financeira dificulta por se tratar de educandos de baixa renda, em que a família não tem condições financeiras de investir nos seus estudos. Diante desse contexto podemos inferir a dificuldade enfrentada por esses alunos para se sustentar no curso.

Segundo Bourdieu (2007) a oportunidade de acesso ao ensino superior pesa mais para esses sujeitos oriundos do campo, uma vez que, um estudante de classe social mais abastarda tem oitenta vezes mais chance de entrar na Universidade do que os filhos de trabalhadores agrícolas.

Um jovem de camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais chances que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores aqueles jovens de classe média. É digno de nota o fato de que as instituições de ensino mais elevadas tenham também o recrutamento mais aristocrático. (Bourdieu, 2007, p. 41)

Esses estudantes são desprovidos de capital cultural dos pais em forma de livros, coisas e lugares, essa teoria foi criada pelo autor para explicar como a cultura acentua as diferenças sociais, se transformando em instrumento de dominação e impõe a sua verdade na sociedade e no modo de vida dos sujeitos de tal maneira que gera exclusão.

Para Bourdieu (2007), os estudantes de camadas sociais superiores chegam à escola ou universidade familiarizada com os códigos linguísticos, contextualizando os conteúdos pedagógicos que foram estabelecidos pelo professor, pois traz de casa outra visão de mundo e o capital cultural herdado pelos pais, ao contrário dos educandos com baixo capital cultural que na maioria das vezes os pais não conseguem ensinar aos seus filhos as atividades pedagógicas exigidas na escola.

A cerca desse tema relata a primeira entrevistada:

O tempo todo, a pessoa fica relutando, contra problemas financeiros, problemas sociais, problemas de fora, problemas de dentro, é muito complicado. A questão pedagógica também, porque existem, algumas disciplinas, muito complexas, e os professores, ao invés de tentar adaptar a metodologia para que aprendizagem se estendam, eles dificultam, então, aquilo que já é difícil, eles dificultam ainda mais.

Nesse mesmo sentido argumenta a segunda entrevistada:

Pra chegar até aqui, eu também passei por escola pública, desde do... desde de sempre. Éee... eu não digo que foi tão ruim o ensino médio, porque estudei em escola de referência, e a escola na minha cidade, era bem conceituada, então, eu já vim mais ou menos tendo uma noção. Mas... mesmo assim apesar disso, a pessoa senti dificuldade, não é mesma coisa, de você estudar em escola renomada a vida toda, que tem alguns professores que estejam dispostos a lhe

ajudar. Porque tem muito professor, que diz assim... passa uma atividade e se vire, é você e você, isso é muito difícil também.

Sobre esse mesmo conteúdo argumentou o terceiro entrevistado:

Pra mim essa é a maior dificuldade, dificuldade pedagógica mesmo, porque, por exemplo, um artigo nunca fiz, porque nenhum professor passou, um fichamento iniciei fazendo tudo errado, porque o professor não orientou, resumo foi o que a gente conseguiu fazer, porque teve bastante aula de resumo desde do ensino médio, e o TCC é até hoje é o pesadelo da gente, já estou até com medo, provavelmente vai ser difícil de fazer também, porque a gente só ver a estrutura no esquema, mas na hora na hora da gente aplicar não vai saber.

Os relatos descritos acima mostram que a escola é por sua natureza reprodutivista das ideologias e preceitos das classes dominantes, transmite os conteúdos considerados valiosos pela sociedade opressora e os currículos valorizam disciplinas avaliadas de maior importância em detrimento de outras. De modo tão natural que muitas vezes esse ato não é percebido pelo professor, desde mesmo modo a Universidade também vem utilizando desse reprodutivismo, os espaços escolares de qualquer nível precisa compreender que nem todo estudante traz de casa o capital cultural imposto pela sociedade.

De acordo com Bourdieu (2007) [...] “cada família transmite aos seus filhos, mais por vias indiretas do que diretas um determinado capital cultural que contribui para definir, entre outras ocorrências as ações em face do capital cultural e da instituição escolar”. Sobre esse aspecto entendemos tal qual o autor que faz a seguinte argumentação:

As crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhes posam

dar. Elas herdam também saberes (e um “savoir – faire”), gostos e um “bom gosto”, cuja realidade escolar é tanto maior que frequentemente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom. (BOURDIEU, 2007, p. 45).

O sucesso é atribuído ao indivíduo, não considerando as questões externas que dificultam o acesso ao êxito escolar, desta forma o sucesso escolar alcançado é fruto de uma inteligência nata ou um esforço superior, ou seja, o mérito é todo posto no capital humano.

Diante deste quadro muitos estudantes buscam mesmo que sem consciência plena disso, o capital social, teoria criada pelo autor supracitado para explicar as relações pessoais adquiridas pelos estudantes ao longo da vida, é algo que não necessariamente carece de capital financeiro para existir mais sim a rede de relações duráveis, estáveis e favoráveis. Essa questão é levantada a partir das falas dos estudantes.

A questão de se permanecer no grupo, há um esforço para adentrar no universo acadêmico, adentrar as relações com os professores, porque querendo ou não, tem a exclusão deles.

Nesse mesmo sentido relata a segunda entrevistada:

Eu creio que quando as pessoas trabalham aqui na universidade, elas tem... são mais bem vistas e olhadas pelos professores, elas tem mais oportunidade em chegar ao mestrado, ao um doutorado. Tem muito mais oportunidades, e pra gente que trabalha fora, não tem. Porque acha que você trabalha, então... vamos deixar um pouquinho de lado, não se interessa muito nos estudos porque não quer(...). Então, é difícil, agora pra quem trabalha aqui, também não que não seja pra eles, de certa forma, mas é muito melhor, são mais bem vistos aos olhos dos professores,

entre eles também. E a gente que trabalha fora, não, é só mais um aluno que vem estudar.

Nesse mesmo teor de compreensão relata o terceiro entrevistado:

A questão da motivação de vir pra cá, motivação das aulas, contato com os professores não era aquela coisa, como você via no ensino médio, o professor brincava com você, aqui tem muito professor que é fechado, e muito lhe repreende, já passei por isso.

Na variável relação de professor e aluno podemos perceber que os estudantes defendem que a relação estabelecida com os professores são muitas vezes um meio de prosseguir dentro da instituição para elevar os níveis de escolaridade. Sobre esse aspecto entendemos tal qual:

A existência de uma rede relações não é um dado natural, nem mesmo um “dado social”, constituído de uma vez por todase para sempre por um ato social de instituição (representado, no caso de grupo familiar, pela definição genealógica das relações de parentesco que característica de uma formação social), mas pelo produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos.(BOURDIEU, 2007, p. 68).

Para o autor o capital social é tributário, favorece as trocas legítimas, leva a um conhecimento além de uma competência específica, a acumulação e manutenção do capital social. Este é muito importante, embora esse limite seja dado pelos detentores do capital social herdado. Entendemos que as relações sociais vêm se construindo pelo âmbito do interesse de angariar vantagens pessoais, o diploma universitário parece ser um deles que, historicamente, foi considerado pela população um mecanismo de busca de ascensão social e financeira. O diploma acadêmico se tornou uma “moeda de troca” amplamente utilizada pelos sistemas educacionais, o que gerou uma grande procura pelos cursos de graduação e carreiras reconhecidas pela sociedade. O que ficou claro nas falas dos sujeitos entrevistados.

(...) e pra se permanecer, eu acredito que é a força do imaginar que ao terminar e conseguir terminar o curso, eu terei a oportunidade de contornar a situação, é o que me motiva, porque se não fosse essa imaginação, ao qual não tenho certeza. Muitas vezes, pessoas concluem o curso e continuam na mesma situação, então eu imagino e acredito que quando eu terminar e estiver com diploma na mão, eu terei, talvez possível oportunidade de contornar a situação e melhorar as questões, porque elas se estendem da educação e da vida particular.

A segunda entrevistada parte da mesma argumentação não através de palavras claras, mas a partir dos seus gestos que nos deu a impressão que para a estudante o estudo é necessário para seu futuro.

Tem que estudar, né?

Sobre esse mesmo conteúdo argumentou o terceiro entrevistado:

Porque se não tiver uma formação, não vou ter nada, acho que não vou nem conseguir um trabalho, no projeto de prefeitura, que não vou ter uma qualificação, que hoje em dia, a gente sabe que só com o ensino médio tem quase nada, se você não procurar, melhorar, se educar e aprimorar o que você sabe, você não vai ter nada daqui pra frente.

Nessas falas percebemos que os entrevistados consideram o diploma de graduação um passo importante na garantia de um emprego. Eles veem como uma sobrevivência na disputa

no mercado de trabalho e através de inserção no mercado alcançar lucro e retorno do capital financeiro investidos na graduação. Assim confirma Bourdieu (2007) que o valor de mercado dependerá do capital escolar obtido pelo indivíduo, um o mercado que se desenvolve ajustando-se ao sistema econômico.

Embora muitos estudantes busquem uma qualificação profissional através da graduação, percebemos nos relatos dos educandos que há muito preconceito com relação ao curso de Pedagogia – Área de aprofundamento do campo e até mesmo por optar em prosseguir nos estudos. Preconceitos cometidos dentro do seio familiar e na própria universidade. Afirmção feita pelos entrevistados:

O curso de pedagogia não é respeitado, de menor prestígio, onde as pessoas lhe excluem e automaticamente, por você cursar, excluem também. Também vem a questão da própria instituição que desmerece o curso e que acaba desmotivando o graduando do curso de pedagogia, porque os colegas universitários de outros cursos, ao olhar para você, lhe tem um conceito de que um aluno de pedagogia sabe menos, isso desmotiva, desmerece, acaba que é uma exclusão tão latente que a pessoa, acabe se excluindo, muitas vezes sem perceber.

Com a mesma compreensão argumenta a segunda entrevistada:

(...) eu tinha um professor daqui da universidade, que... quando eu estava no primeiro período, ele desestimulava muito o curso, a gente. Algumas pessoas chegaram a desistir do curso por conta disso, porque ele pensava que... dizia a gente, perguntava se a gente iria salvar o mundo na profissão, no

curso que a gente tava, isso também não ajuda nem um pouco.

Sobre o mesmo conteúdo o terceiro entrevistado afirma:

(...) não era a área que eu pensava em seguir, só que eu pensei assim: se eu ficar em casa parado, eu não vou conseguir nada, então é melhor começar com algo que seja pouco e que tenha algo quando terminar que assim, eu possa ir mudando, fazer outro curso, especialização e modificando essa realidade.

Diante das falas dos educando notamos uma insatisfação causada pelo preconceito posto ao curso escolhido. Essa escolha se explica pela ligação atribuída ao espaço social a que pertencem esses sujeitos, por outro lado os detentores de prestígio social têm vantagens nas escolhas ao acesso ao Ensino Superior, gerando uma hierarquização de acesso ao sistema de ensino, como uma seleção natural que formará profissionais de acordo com a comunidade a que pertence.

(...) os alunos “bem nascidos”, que recebem da família um senso perspicaz do investimento, assim como os exemplos ou conselhos capazes de ampará-los em caso de incertezas, estão em condições de aplicar seus investimentos no bom momento e no lugar certo, ou seja, nos bons ramos do ensino, bons estabelecimentos, nas boas seções, etc.; ao contrário aqueles que são procedentes de famílias desfavorecidas e, em particular, os filhos dos imigrantes, muitas vezes entregues completamente a si mesmo, desde o fim dos estudos primários, são obrigados a submeter as injunções da instituição escolar ou ao acaso para encontrar seu caminho num universo cada vez mais complexo e são, assim votados a investir, a contratempo e no lugar errado, um capital cultural, no final de contas extremamente reduzido. (BOURDIEU, 2007, p. 223).

A citação acima reafirma a realidade escolar dos estudantes oriundos das classes menos favorecidas da sociedade, ele discorre alegando que, os educando que não possuem o conjunto de capitais por ele elaborado, ou seja, o capital cultural, social e financeiro de berço, as chances de fracasso são previsíveis, pois os mesmo estão submetidos às determinações do sistema de ensino e são empurrados ao acaso a própria “sorte”, completando que escolha dos caminhos educativos é indiretamente definidos por esses fatores.

Considerando os relatos individuais dos entrevistados, ficou evidente que, esses estudantes na perspectiva de Bourdieu (2007) são desprovidos desses conjuntos de capitais, mas permanecem no curso por meio de renúncias e sacrifícios, pois vislumbram uma ascensão social e profissional na conquista do diploma universitário.

Essa pesquisa teve a intenção de discutir sobre como se dá a permanência de estudantes em vulnerabilidade social na UFPB. Observamos a partir das entrevistas que o acesso ao ensino superior por camponeses, trabalhadores e estudantes oriundos de escolas públicas é “positivo” até certo ponto, pois ao mesmo tempo em que inclui exclui, por não garantir uma educação superior de qualidade e não considerar as deficiências pedagógicas trazidas na educação básica.

Seria esse problema um desafio apenas do Ensino Básico? Como a Universidade pode interferir nessa realidade cada vez mais presente na comunidade acadêmica? São questionamentos que devem ser analisados e superados, pois o ambiente universitário é um espaço por natureza de transformação social e cultural e o acesso e democratização ao ensino superior não é feito apenas através da sua aprovação na seleção de ingresso, mas sim na condição de permanência e na conclusão do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesses resultados podemos refletir sobre os aspectos pessoais e as condições dos estudantes de Pedagogia do Campo da Universidade Federal da Paraíba, percebemos que as relações entre as condições sociais e a permanência estão intimamente relacionadas, influenciando no acesso, na permanência e na conclusão do curso que aqui consideramos como sucesso acadêmico, embora também observamos que são necessários novos elementos para a permanência e conclusão de um curso superior. O capital cultural alcançado por meio social e familiar pode colaborar para a permanência dos educandos. Ao analisar o objeto de pesquisa percebemos que, sua permanência se dar pela integração dos elementos intrínseco e extrínseco com a intenção de obter ascensão social por vias de um diploma de nível superior.

Não podemos negar que a Universidade vem se comprometendo com políticas de acesso e permanência dos estudantes nos cursos de graduação, mediante a adoção de políticas de promoção ao ensino, pesquisa e extensão para a permanência universitária.

O ambiente acadêmico é um longo caminho percorrido pelos educandos e neste trabalho, mesmo sem ser objeto de estudo, em síntese, registra a deficiência de educação básica levadas para o espaço universitário, nos levando a refletir que se fazem necessárias ações que exijam um ensino de qualidade, relacionadas a uma infraestrutura física adequada, articulada com as boas relações professorais. Visto que, historicamente a educação do campo é esquecida pelo poder público, e através das lutas dos movimentos sociais por uma educação do campo de qualidade vem apresentando melhorias, sendo este fato confirmado pelas leis que regulamentam a educação básica no Brasil. Embora por meio dos relatos dos discentes entrevistados, percebemos que ainda existem práticas pedagógicas que exploram a realidade das capitais importantes, sem atender as especificidades dos sujeitos do campo para que se concretizem de fato essas melhorias estabelecidas pelas políticas públicas.

Esperamos que esta pesquisacolabore na busca de melhorias educacionais para o campo acadêmico. Avaliamos que este trabalho, que entendemos como inacabado, traga mais discussões acerca da temática para a atual realidade educacional vivida pelos discentes da UFPB, ampliando o acesso e permanência na educação superior dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social e especialmente do campo que historicamente apontam como sujeitos que sofrem mais com a exclusão social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2007(org. Maria Alice Nogueira, Afrânio Catani).

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 7234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assuntos Estudantil. PNAES. Brasília, 2010.

_____. **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior**: 2006 a 2015. Brasília: INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 29mar. 2017.

_____. Universidade Federal da Paraíba. **Projeto UFPB – REUNI**, 2007. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consuni/>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de Dezembro de 2007**, Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Publicado no Portal do Mec em 12/12/2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 18/04/2017.

_____. **PROJETO-LEI nº 3.627/2004**. Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior, 2004.

_____. **DECRETO no - 7.219/2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Decreto7219_de24jun2010_Pibid.pdf>. Acesso em: 02/02/2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, O Agronegócio Latifundiário Versus a Agricultura Camponesa: A Luta Política e Pedagógica do Campesinato**1, São Paulo, 2009.

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Acesso e permanência na educação superior**: a relação entre as condições sociais e a permanência dos ingressos no curso de Pedagogia –Área de Aprofundamento na Educação do Campo na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Monografia, defendida no Centro de Educação, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Monica Castagna. **O campo da educação do campo**. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf> acessado em 19/05/2017

FERNANDES, Bernardo Mançano; OLIVEIRA, Cesar José; SANTOS, Clarice aparecida; DUARTE, Clarice Seixas; MICHELOTTI, Fernando; MOLINA, Mônica Castagna; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo**. Brasília, 2008 (Org. Clarice Aparecida dos Santos).

FONAPRACE. **I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**. Brasília, 1997.

_____. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**. Brasília, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

JEZINE, Edineide; CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; NAKAMURA, Paulo. **A UFPB nos anos da expansão (2008 a 2012): quantos e quem somos e o que mudou no perfil dos nossos alunos?** XXI Seminário Nacional UNIVERSITAS/Br: Políticas de Educação Superior no Brasil: Expansão, Acesso e Igualdade Social São Paulo: São Carlos, 2013.

JEZINE, Edineide; FELINTO, Jislayne Fidelis. **Os desafios do Acesso e da Permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de Inclusão Social**. Relatório para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. UFPB, 2015.

JEZINE, Edineide; FARIAS, Maria da Salete Barboza; FELINTO, Jislayne Fidelis. **Programas acadêmicos de Pesquisa na UFPB no contexto da Expansão e Permanência**. Anais do XXIII Seminário Nacional Universitas/Br. Políticas de educação superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão, Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. – Belém, 2015.

JEZINE, Edineide; SANTOS, Jailson Batista. **Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba**. Relatório parcial para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. UFPB, 2017.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. São Paulo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Editora: vozes, ed: 14º, 1992.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira; CAMPOS, Marília. Educação. **Educação Básica do Campo**. In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; FRIGOTTO, Gaudêncio. ALENTEJANO, Paulo. **Dicionário da Educação do Campo**, (2002).

ROTTA, Mariza; ONOFRE, Becker. **Perfil da educação do campo: na escola do São Francisco do Bandeira no Município de Dois Vizinhos-PR**. Porto Alegre, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (E acesso À) Educação Superior no Brasil 2002 – 2012**. Projeto de Organismo Internacional – OEI/BRA/10/002. Piracicaba, 2014.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808 – 1990**. Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas. **ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes**. Florianópolis, 2009.

TAVARES, Manuel; RICHARDSON, Roberto Jarry. **Metodologias Qualitativas: teoria e prática**. EDITORA CRV, 2015.

UFPB. **Histórico**. João Pessoa, 2014. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **Resolução CONSEPE nº 09/2010**. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Manual do Estudante**. João Pessoa: UFPB. Disponível em:
<http://issuu.com/ufpbemrevista/docs/manual_do_estudante_ufpb_digital>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **Resolução CONSEPE nº 17 2007**. Fixa normas para os Programas Institucionais de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, da Universidade Federal da Paraíba, 2007.

_____. Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). **Número de matrículas presenciais na UFPB dos anos 2006 – 2015**. Chamado de número: 2017012510000401. Centro de Educação, 2017.

_____. **Relatório de Gestão – UFPB 2015**. Disponível em:
<<http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20-%20UFPB%20-%202015.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2016.

_____. **Relatório de Gestão – UFPB 2014**. Disponível em:
<http://security.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2014>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

_____. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia, Licenciatura, com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, do Centro de Educação, Campus I, desta Universidade, 2008.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de graduação no curso de _____, da Universidade Federal da Paraíba. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão/orientação do(a) professor(a) _____, cujo objetivo é _____.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada, se assim você permitir.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone _____ ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante

Local e data

Matrícula:

Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)
Matrícula:

QUESTIONÁRIO

Caro participante,

Sou estudante do curso de Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do Campo vêm por meio deste instrumento solicitar a participação e colaboração para responder o questionário referente à pesquisa intitulada: Acesso e permanência dos estudantes do campo no ensino superior. Pesquisa esta tendo como finalidade obtenção de título de licenciatura.

Obrigada!

INSTITUIÇÃO

CURSO

MATRÍCULA

DATA DE NASCIMENTO

____/____/____

SEXO

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

QUAL SUA COR/ RAÇA?

- ☐ Branco
- ☐ Preto
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena

ESTADO CIVIL

- ☐ Solteiro (A)

☐ Casado (A)

☐ Viúvo (A)

☐ Separado (A)

☐ Outro

1. EM QUE TIPO DE ESCOLA VOCE CURSOU O ENSINO FUNDAMENTAL?

☐ Somente em escola particular.

☐ Somente em escola pública.

☐ Parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública.

☐ Parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular.

☐ Parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado o mesmo tempo na escola pública e na escola particular.

2. EM QUE TIPO DE ESCOLA VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO?

☐ Somente em escola particular.

☐ Somente em escola pública.

☐ Parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública.

☐ Parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular.

☐ Parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado o mesmo tempo na escola pública e na escola particular.

3. EM QUE TURNO VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO?

☐ Somente diurno.

☐ Somente noturno.

☐ Parte período diurno e parte noturno, predominando o diurno.

☐ Parte período diurno e parte noturno, predominando o noturno.

☐ Integral (dois turnos).

4. EM QUE ANO VOCÊ CONCLUIU O ENSINO MÉDIO?

5. VOCÊ FREQUENTOU CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR?

☐ Sim

☐ Não

6. QUAL A RENDA TOTAL MENSAL DA SUA FAMÍLIA?

☐ Até 1 salário mínimo.

☐ De 1,1 a 2 salários mínimos.

☐ De 2,1 a 3 salários mínimos.

☐ De 3,1 a 5 salários mínimos.

☐ De 5,1 a 10 salários mínimos.

☐ De 10,1 a 20 salários mínimos.

☐ Mais de 20 salários mínimos.

7. VOCÊ EXERCE ALGUM TIPO DE TRABALHO REMUNERADO?

☐ Não.

☐ Sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais).

☐ Sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais).

☐ Sim, às vezes.

8. QUAL DAS SEGUINTE ALTERNATIVAS MELHOR DESCREVE A ATUAL SITUAÇÃO OCUPACIONAL DE SEU PAI?

☐ Está trabalhando com vínculo empregatício.

☐ Está trabalhando sem vínculo empregatício.

☐ Está desempregado.

☐ É aposentado.

☐ Vive de rendimentos financeiros (aluguéis, aplicações bancárias, etc.).

☐ Outra.

9. QUAL DAS SEGUINTE ALTERNATIVAS MELHOR DESCREVE A ATUAL

SITUAÇÃO OCUPACIONAL DE SUA MÃE?

- ☐ Está trabalhando com vínculo empregatício.
- ☐ Está trabalhando sem vínculo empregatício.
- ☐ Está desempregada.
- ☐ É aposentada.
- ☐ Vive de rendimentos financeiros (aluguéis, aplicações bancárias, etc.).
- ☐ Outra.

10. QUAL O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SEU PAI?

- ☐ Não frequentou escola.
- ☐ Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto.
- ☐ Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo.
- ☐ Ensino Médio (2º grau) ou equivalente incompleto.
- ☐ Ensino Médio (2º grau) ou equivalente completo.
- ☐ Ensino superior incompleto.
- ☐ Ensino superior completo.
- ☐ Pós-graduação (mestrado e/ou doutorado).

11. QUAL O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SUA MÃE?

- ☐ Não frequentou escola.
- ☐ Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto.
- ☐ Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo.
- ☐ Ensino Médio (2º grau) ou equivalente incompleto.
- ☐ Ensino Médio (2º grau) ou equivalente completo.
- ☐ Ensino Superior incompleto.
- ☐ Ensino Superior completo.
- ☐ Pós-graduação (mestrado e/ou doutorado).

12. VOCÊ TEVE DIFICULDADE PARA INGRESSAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PORQUÊ?

- ☐ Estava indeciso na escolha do curso.
- ☐ Não conseguiu classificação no processo seletivo.
- ☐ Não tinha interesse por curso superior.
- ☐ Não conseguiu conciliar trabalho com estudo.
- ☐ Não teve dificuldade.
- ☐ Outros. Quais?

13. O QUE LHE MOTIVOU A ESCOLHA DO CURSO?

- ☐ Eu escolhi o curso porque era mais fácil entrar.
- ☐ Eu escolhi o curso porque me identifico com o curso.
- ☐ Eu escolhi o curso porque me prepara para o mercado de trabalho.
- ☐ Eu escolhi o curso porque me proporciona prestígio social.
- ☐ Eu estou no curso que sempre desejei cursar.
- ☐ Outros. Quais?

14. O QUE LHE MOTIVA A CONTINUAR MATRICULADO NO CURSO?

- ☐ Eu continuo no curso porque a família ajuda.
- ☐ Eu continuo no curso porque estou inserido num programa acadêmico de bolsa de estudos (somente se é bolsista).
- ☐ Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil (somente se é contemplado).
- ☐ Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil (somente se é contemplado).
- ☐ Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.

- ☐ Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso.
- ☐ De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso.
- ☐ Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional.
- ☐ Eu continuo no curso porque gosto do curso e quero concluir.
- ☐ Outros. Quais?
